

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	19
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	84

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	86
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.000.000
Preferenciais	0
Total	1.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	121.189.018	98.290.468
1.01	Ativo Circulante	29.421.020	22.391.088
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.358.302	17.570.130
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.027.888	1.507.220
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.408.175	1.507.220
1.01.02.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	72.080	196.465
1.01.02.01.04	Cotas de Fundos de Investimento	1.336.095	1.310.755
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	4.619.713	0
1.01.02.02.02	Ações e certificados de depósito de ações	4.619.713	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.034.830	3.313.738
1.01.08.03	Outros	4.034.830	3.313.738
1.01.08.03.01	Operações de crédito	18.610	19.706
1.01.08.03.03	Direitos Recebíveis	143.933	115.831
1.01.08.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Receber	2.033.223	1.466.288
1.01.08.03.05	Impostos e Contribuições a Recuperar e Antecipações	1.779.768	1.651.279
1.01.08.03.06	Devedores por Depósitos em Garantia	29.719	29.035
1.01.08.03.09	Outros direitos a Receber	13.530	13.530
1.01.08.03.20	Outros	16.047	18.069
1.02	Ativo Não Circulante	91.767.998	75.899.380
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	90.030.703	73.943.160
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	122
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	122
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	88.502.984	72.404.974
1.02.01.02.02	Cotas de Fundos de Investimento	3.152.076	2.910.350
1.02.01.02.03	Ações e certificados de depósitos de ações	85.350.908	69.494.624
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	421.291	422.309
1.02.01.03.01	Debêntures	421.291	422.309
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.106.428	1.115.755
1.02.01.10.03	Operações de crédito	46.358	48.867
1.02.01.10.05	Direitos Recebíveis	182.871	199.670
1.02.01.10.08	Devedores por Depósitos em Garantia	841.118	832.568
1.02.01.10.10	Outros direitos a Receber	31.563	30.075
1.02.01.10.20	Outros	4.518	4.575
1.02.02	Investimentos	1.737.295	1.956.220
1.02.02.01	Participações Societárias	1.737.295	1.956.220
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.737.295	1.956.220

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	121.189.018	98.290.468
2.01	Passivo Circulante	3.554.018	3.119.416
2.01.03	Obrigações Fiscais	513.891	122.277
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	513.891	122.277
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	430.609	0
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições	83.282	122.277
2.01.05	Outras Obrigações	3.039.898	2.997.139
2.01.05.02	Outros	3.039.898	2.997.139
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.077.852	2.009.293
2.01.05.02.04	Passivo atuarial - PBB	13.387	17.467
2.01.05.02.05	Passivo atuarial - PAS	27.825	27.737
2.01.05.02.10	Obrigações por depósitos a apropriar	19.050	39.658
2.01.05.02.11	Despesas administrativas a pagar	384.045	394.655
2.01.05.02.20	Diversas	517.739	508.329
2.01.06	Provisões	229	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	229	0
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	229	0
2.02	Passivo Não Circulante	16.855.185	9.409.368
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	34.116	33.902
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	34.116	33.902
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	34.116	33.902
2.02.02	Outras Obrigações	454.614	484.623
2.02.02.02	Outros	454.614	484.623
2.02.02.02.03	Passivo atuarial - PBB	121.151	160.082
2.02.02.02.04	Passivo atuarial - PAS	333.463	324.541
2.02.03	Tributos Diferidos	16.155.210	8.683.954
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.155.210	8.683.954
2.02.04	Provisões	211.245	206.889
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	211.245	206.889
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	8.024	7.762
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	26.829	30.102
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	176.392	169.025
2.03	Patrimônio Líquido	100.779.815	85.761.684
2.03.01	Capital Social Realizado	46.998.319	46.998.319
2.03.01.01	Capital Social	46.998.319	46.998.319
2.03.04	Reservas de Lucros	11.448.624	11.448.624
2.03.04.01	Reserva Legal	5.005.541	5.005.541
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	268.341	268.341
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	6.174.742	6.174.742
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.401.993	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	40.755.766	27.148.671
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	478.271	524.832
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-303.158	-358.762

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.585.686	832.497
3.01.01	Dividendos	1.061.728	697.856
3.01.02	Juros sobre capital próprio	594.386	24.095
3.01.03	Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição	0	42
3.01.05	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-124.504	-96
3.01.06	Resultado com fundos de investimento em participações societárias	54.076	110.600
3.03	Resultado Bruto	1.585.686	832.497
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-686.446	-253.964
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-500.659	-234.075
3.04.02.01	Provisão para contingências trabalhistas	-4.585	-23.792
3.04.02.02	Remuneração da diretoria e conselheiros	-3.303	-2.458
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-375.656	-305.700
3.04.02.05	Despesas com tributos	-95.802	-100.706
3.04.02.06	Atualização monetária líquida de ativos e passivos	24.455	-27.844
3.04.02.07	Despesas Administrativas	-42.821	-49.507
3.04.02.20	Diversas	-2.947	275.932
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-185.787	-19.889
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	899.240	578.533
3.06	Resultado Financeiro	633.869	484.838
3.06.01	Receitas Financeiras	632.068	500.207
3.06.01.01	Receitas de operações de crédito	9.223	23.562
3.06.01.02	Títulos e valores mobiliários	622.845	476.645
3.06.02	Despesas Financeiras	1.801	-15.369
3.06.02.02	Encargos financeiros referentes a obrigações perante o BNDES	-215	-125
3.06.02.05	Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	2.016	-15.244
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.533.109	1.063.371
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-721.766	-730.106
3.08.01	Corrente	-542.303	-133.685
3.08.02	Diferido	-179.463	-596.421
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	811.343	333.265
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	811.343	333.265
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	811,343	333,265
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	811,343	333,265

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	811.343	333.265
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.616.138	3.299.118
4.02.01	Ajuste a Valor Justo de Títulos Próprios	13.607.094	3.516.260
4.02.03	Ganhos ou perdas atuariais próprias	36.694	-232.594
4.02.05	Ajuste Acumulado de Conversão de Coligadas	-46.561	11.168
4.02.08	Hedge de investimento no exterior - de coligadas	17.454	-1.822
4.02.09	Outros Resultados Abrangentes de Coligadas	1.457	6.106
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.427.481	3.632.383

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.782.683	2.278.974
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.436.619	1.099.873
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.533.109	1.063.371
6.01.01.02	Constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito	-2.016	15.244
6.01.01.03	Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	4.585	23.792
6.01.01.04	Resultado de participações em coligadas	185.787	19.889
6.01.01.11	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	124.504	96
6.01.01.15	Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais - VJORA	590.650	-22.519
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-653.936	1.179.101
6.01.02.01	Diminuição (Aumento) líquido em créditos por venda a prazo de TVM e direitos recebíveis	-4.664	85.388
6.01.02.02	Diminuição (Aumento) líquido de títulos e valores mobiliários	158.284	240.682
6.01.02.03	Diminuição (Aumento) líquido nas demais contas do ativo	-704.067	1.258.287
6.01.02.04	Aumento (diminuição) líquida nas obrigações por empréstimos e repasses	214	2.626
6.01.02.06	Aumento (diminuição) líquida nas demais contas do passivo	-103.703	-337.784
6.01.02.08	IR e CSLL pagos	0	-70.098
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	5.489	620
6.02.02	Compra de ativos de investimentos	0	-4.469
6.02.03	Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas	5.489	5.089
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.788.172	2.279.594
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.570.130	14.482.186
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.358.302	16.761.780

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	46.998.319	0	11.448.624	0	27.314.741	85.761.684
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	46.998.319	0	11.448.624	0	27.314.741	85.761.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.401.993	13.616.138	15.018.131
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	811.343	0	811.343
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	590.650	13.616.138	14.206.788
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	21.409.468	21.409.468
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.211.724	-7.211.724
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	18.911	18.911
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-46.561	-46.561
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	34.237	34.237
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	2.457	2.457
5.05.02.08	Alienação de investimentos em instrumentos patrimoniais designado a VJORA	0	0	0	590.650	-590.650	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	46.998.319	0	11.448.624	1.401.993	40.930.879	100.779.815

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	39.686.406	0	12.309.648	0	26.679.894	78.675.948
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	123.784	0	123.784
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	39.686.406	0	12.309.648	123.784	26.679.894	78.799.732
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	310.745	3.299.118	3.609.863
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	333.265	0	333.265
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-22.520	3.299.118	3.276.598
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.240.151	5.240.151
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.746.411	-1.746.411
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	4.284	4.284
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	11.168	11.168
5.05.02.06	Ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	-256.631	-256.631
5.05.02.07	Tributos s/ ganhos ou perdas atuariais	0	0	0	0	24.037	24.037
5.05.02.08	Alienação de investimentos em instrumentos patrimoniais designado a VJORA	0	0	0	-22.520	22.520	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	39.686.406	0	12.309.648	434.529	29.979.012	82.409.595

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	1.442.701	910.432
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	632.068	500.207
7.01.02	Outras Receitas	810.633	410.225
7.01.02.01	Realização de inst. patrimoniais designados ao VJORA	775.703	-22.520
7.01.02.02	Outros	34.930	432.745
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-126.581	-160.572
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-88.651	-98.029
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.946	-47.299
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	2.016	-15.244
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.316.120	749.860
7.04	Retenções	-2.019	-1.767
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.019	-1.767
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.314.101	748.093
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.470.327	702.062
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-185.787	-19.889
7.06.03	Outros	1.656.114	721.951
7.06.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	1.656.114	721.951
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.784.428	1.450.155
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.784.428	1.450.155
7.08.01	Pessoal	337.472	274.499
7.08.01.01	Remuneração Direta	219.813	173.885
7.08.01.02	Benefícios	98.431	84.869
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.344	14.945
7.08.01.04	Outros	884	800
7.08.01.04.02	Outros	884	800
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.044.108	864.470
7.08.02.01	Federais	1.038.938	859.373
7.08.02.03	Municipais	5.170	5.097
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	855	441
7.08.03.02	Aluguéis	855	441
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.401.993	310.745
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.401.993	310.745

Comentário sobre o desempenho

O cenário de indefinições e mudanças no ambiente macroeconômico e da geopolítica mundial, em vigor desde a pandemia e intensificado em 2025 com o início da nova administração dos Estados Unidos, seguiu vigente no primeiro trimestre de 2026. Em março, a guerra no Oriente Médio levou a cortes de produção de petróleo e gás pelos países da região e ao fechamento do Estreito de Ormuz, por onde circulava cerca de 1/5 da produção mundial do hidrocarboneto, trazendo impactos altistas sobre os preços e impactos negativos para a economia em todo o mundo. A alta nos preços dos combustíveis e de outros bens intensivos em energia, como os fertilizantes nitrogenados, e a desorganização de cadeias logísticas e de abastecimento de petróleo e derivados, acarretaram prejuízo a setores produtivos em todas as regiões do planeta. Na Europa, o conflito na Ucrânia persistiu, ao mesmo tempo em que países como Alemanha, França e Polônia elevaram gastos militares, alterando o foco das políticas públicas, fenômeno também observado no continente asiático, notadamente no Japão. Em conjunto, os acontecimentos do primeiro trimestre de 2026 ampliaram a volatilidade nos mercados financeiros e mantiveram elevados prêmios de incerteza para as economias emergentes.

No plano macroeconômico, as grandes economias interromperam seus ciclos de flexibilização de política monetária, com a alta da inflação mundial puxada pela elevação nos preços do petróleo e da energia. Assim, na Europa, a taxa básica de juros foi mantida em 2,0% nos três primeiros meses de 2026, com a inflação ao consumidor chegando a 2,5% nos doze meses encerrados em março, bem acima da meta de 2,0%, e com os mercados passando a precificar aumentos na taxa básica nas próximas reuniões da autoridade monetária. Já nos Estados Unidos, a inflação seguiu persistente, impulsionada pelos preços de serviços, pelos efeitos deletérios das tarifas sobre os preços dos bens, e pela alta do petróleo, o que levou o Federal Reserve a manter a taxa básica entre 4,25% e 4,50%, nível projetado pelos mercados a ser mantido até o final do ano. No Japão, onde o fim da pandemia encerrou um longo período com regime de preços bem-comportado, a autoridade monetária deu continuidade ao processo de elevação gradual dos juros, iniciado em 2024.

Em meio a esse ambiente internacional conturbado, o desempenho econômico do Brasil segue mostrando resiliência. Após a acomodação observada na segunda metade de 2025, a economia brasileira ganhou novo impulso no primeiro trimestre de 2026. Os indicadores divulgados pelo IBGE apontam crescimento disseminado entre os setores, com destaque para o desempenho do Comércio e, em especial, da indústria de transformação. Contudo, o ritmo de crescimento em 2026 deverá ser mais moderado, refletindo, em grande medida, os efeitos defasados da política monetária restritiva. As expectativas de crescimento para 2026 vêm se mantendo ao redor de 1,85%. No mercado de trabalho brasileiro, o forte dinamismo de 2025 vem se mantendo no primeiro trimestre de 2026. O país chegou a fevereiro com a taxa de desemprego em 5,8%, ainda próxima aos mínimos da série histórica do IBGE.

Comentário do Desempenho

No que se refere à inflação, o IPCA vinha apresentando trajetória benigna no início do ano, com sinais de desaceleração. Contudo, pressões recentes associadas à elevação dos preços dos combustíveis, em grande medida influenciadas pela intensificação do conflito no Oriente Médio, levaram a uma retomada da alta nas variações mensais. Ainda assim, o índice encerrou o trimestre em 4,14%, permanecendo dentro do intervalo de metas estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). No campo da política monetária, a dinâmica favorável da inflação até o início do choque de petróleo, em resposta ao ciclo de contração monetária, abriu espaço para o início da flexibilização. Nesse contexto, o Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu uma redução de 0,25 p.p. na taxa básica de juros da economia, levando a Selic para 14,75% a.a. Entretanto, diante das leituras mais recentes de inflação e do aumento dos riscos associados à trajetória dos preços do petróleo, observou-se revisão nas expectativas de mercado, com menor precificação de cortes adicionais ao longo do ano. A previsão de mercado é que a Selic encerre o ano em 12,50%.

No tocante ao setor externo, o saldo comercial de bens do primeiro trimestre de 2026 foi de US\$ 14,2 bilhões, acima do montante observado em 2025 (US\$ 9,6 bilhões), com alta de 7,1% nas exportações. No que se refere aos mercados de destino, o Brasil teve reduzidas suas vendas para os Estados Unidos (queda de 19% no comparativo do primeiro trimestre de 2026 com o mesmo período de 2025), mas registrou importante aumento das exportações para os parceiros do BRICS (alta de 22% para a China, de 71% para a Índia, e de 9% para a Rússia). Com a importante contribuição do saldo comercial, o fluxo cambial no Brasil registrou uma entrada líquida de US\$ 4,1 bilhões no primeiro trimestre de 2026, mesmo diante de pressões em um cenário internacional conturbado. No câmbio, o real se valorizou cerca de 6% no primeiro trimestre de 2026. Além disso, a paridade do real em relação ao yuan subiu 4%, e a valorização frente ao euro foi de 7%.

Apoiado por um setor externo sólido, com reservas robustas e uma matriz energética predominantemente renovável, o Brasil se destaca dentre as demais economias emergentes. Em um mundo onde guerras como as do Oriente Médio e Ucrânia colocam em xeque a oferta de petróleo e derivados, torna-se cada vez mais relevante uma agenda global de transição para a economia de baixo carbono, menos dependente das fontes tradicionais de energia. No caso brasileiro, o mercado interno representativo e as oportunidades em infraestrutura, inovação tecnológica e economia verde ampliam os espaços para a realização de investimentos.

Em atuação complementar aos seus produtos de financiamento, o BNDES disponibiliza apoio às empresas brasileiras mediante instrumentos de renda variável por meio de sua subsidiária BNDESPAR. A estratégia da instituição envolve a oferta de fundos de crédito para MPME, para inovação e sustentabilidade, e para infraestrutura, disponível em todos os estágios de crescimento das companhias. Empresas que já possuem seu capital aberto podem seguir contando com apoio através de operações privadas estruturadas ou por meio da participação da BNDESPAR em ofertas públicas. Nas seções seguintes, apresentamos as principais informações econômico-financeiras e de desempenho relativas ao resultado do 1º trimestre de 2026.

Comentário do Desempenho

1. Principais Indicadores

RS milhões, exceto percentuais

	1T26	1T25	Δ %
Resultado			
Resultado com Participações Societárias (RPS)	1.400	813	72,3
Resultado com Operações Financeiras	634	485	30,7
Outras Despesas e Receitas	(501)	(234)	113,9
Tributos sobre o Lucro	(722)	(730)	(1,1)
Lucro Líquido	811	333	143,5

	1T26	1T25	Δ(%)
Resultado Ajustado			
Resultado com Participações Societárias Ajustado ¹	2.176	790	175,4
Resultado com Operações Financeiras	634	485	30,7
Outras Despesas e Receitas Ajustadas ¹	(530)	(234)	126,3
Tributos sobre o Lucro Ajustado ¹	(878)	(730)	20,2
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado ¹	1.402	311	351,2

¹ O Resultado com participações societárias e o lucro líquido ajustados consideram o efeito das alienações que deixou de ser reconhecido no resultado líquido do exercício, a partir de 2018 com a adoção do CPC 48 (Instrumentos Financeiros).

	31/03/2026	31/12/2025	Δ (%)
Posição Financeira			
Ativo Total (AT)	121.189	98.290	23,3
Disponibilidades	19.358	17.570	10,2
Debêntures ¹	421	422	(0,2)
Participações Societárias (PS)	96.196	75.672	27,1
<i>Não coligadas</i>	89.971	69.495	29,5
<i>Coligadas</i>	1.737	1.956	(11,2)
<i>Cotas de Fundos de Investimentos</i>	4.488	4.221	6,3
Ativos Fiscais	1.780	1.651	7,8
Outros Ativos	3.434	2.975	15,4
Passivo Total (PT)	121.189	98.290	23,3
Obrigações por Repasses - BNDES	34	34	0,6
Passivos Fiscais	16.669	8.806	89,3
Outros Passivos	3.706	3.689	0,5
Patrimônio Líquido (PL)	100.780	85.762	17,5

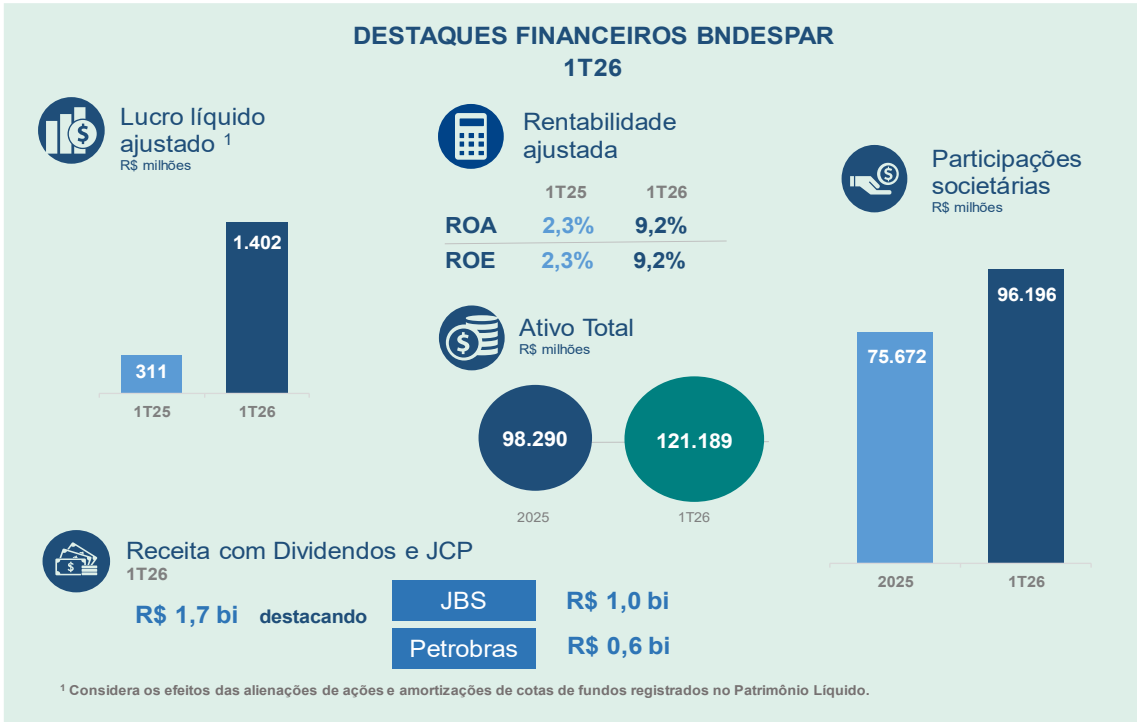
¹ Líquidas de provisão.

Comentário do Desempenho

	31/03/2026	31/03/2025	31/12/2025
Indicadores Financeiros			
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	83,16%	83,59%	87,25%
Participações Societárias/Ativo Total (PS/AT)	79,38%	79,37%	76,99%

	1T26	1T25
Rentabilidade Ajustada pelas Alienações		
Retorno s/ Ativos (LL/AT _{médio})	9,2%	2,3%
Retorno s/ Patrimônio Líquido (LL/PL _{médio})	9,2%	2,3%

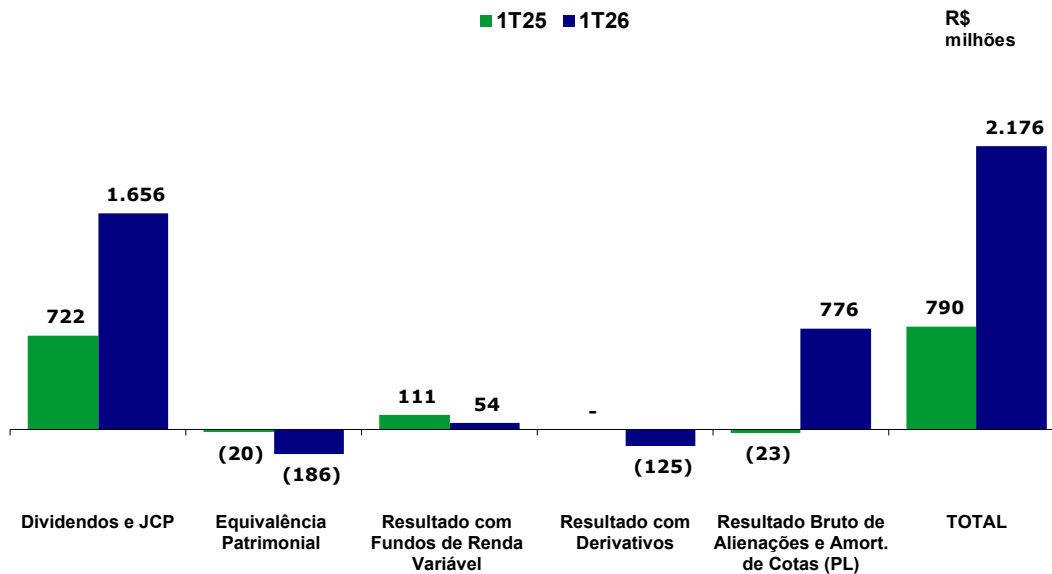
2. Resultado



A BNDESPAR apresentou um lucro líquido ajustado de R\$ 1,4 bilhão no 1º trimestre de 2026, aumento expressivo de 351% em comparação ao R\$ 0,3 bilhão do mesmo trimestre do ano anterior, influenciado principalmente pelo maior resultado com participações societárias (ajustado).

As informações financeiras detalhadas, bem como os principais indicadores que serão apresentados nas próximas seções, foram preparados de acordo com as disposições da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.1 Resultado com Participações Societárias Ajustado



O resultado com participações societárias ajustado no 1T26 foi de R\$ 2,2 bilhões, dos quais R\$ 1,4 bilhão foram reconhecidos no resultado e R\$ 776 milhões referentes a alienações de instrumentos financeiros, registrados diretamente em lucros acumulados (PL). A variação positiva de R\$ 1,4 bilhão em relação ao 1T25 é explicada, sobretudo, por dividendos e JCP no montante de R\$ 1,7 bilhão e resultado bruto de alienações de ações e amortização de cotas, no valor de R\$ 776 milhões, atenuada por maior variação negativa de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 186 milhões e resultado negativo com derivativos de renda variável, no montante de R\$ 125 milhões.

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio no 1T26 teve como destaque JBS e Petrobras, no montante bruto respectivamente de R\$ 1,0 bilhão e R\$ 0,6 bilhão, correspondendo a 96,9% do total da receita com dividendos e JCP no trimestre.

2.2 Resultado com Operações Financeiras

O resultado com operações financeiras alcançou R\$ 634 milhões no 1T26 representando um aumento de 30,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O resultado foi impactado, principalmente, pelo maior resultado com operações compromissadas, dado o crescimento do saldo médio das disponibilidades.

2.3 Outras Despesas e Receitas Ajustadas

No 1T26, as outras despesas e receitas ajustadas, líquidas, apresentaram um acréscimo de 126%, explicado principalmente pelo aumento das despesas com pessoal, em função de reajuste salarial, promoções anuais e encargos, bem como pelo efeito não recorrente da receita com baixa dos contratos de dívida celebrados com a FAPES, conforme homologação de Acordo TCU/Consenso, ocorrido no 1T25, sem correspondente no trimestre atual.

2.4 Tributação sobre o Lucro Ajustada

Os tributos sobre o lucro do 1T26 refletem o resultado antes da tributação sobre o lucro, o imposto de renda e a contribuição social sobre os ajustes permanentes e a variação no reconhecimento dos créditos tributários diferidos.

3. Posição Financeira

O ativo total da BNDESPAR atingiu R\$ 121,2 bilhões em 31/03/2026, acréscimo de 23,3% em relação à posição de R\$ 98,3 bilhões, de 31/12/2025, explicado, principalmente, pelo acréscimo na carteira de participações societárias e aplicações financeiras.

3.1 Disponibilidades

O aumento de R\$ 1,8 bilhão (10,2%) no 1T26 é explicado, principalmente, pelo aumento do saldo de aplicações em operações compromissadas.

3.2 Debêntures

A estabilidade do saldo da carteira de debêntures no 1T26 em relação a exercício anterior decorre da apropriação pela taxa efetiva dos títulos, sem variações relevantes no estoque da carteira.

3.3 Participações Societárias

No 1T26, a carteira de participações societárias somou R\$ 96,2 bilhões, o que representa um aumento de 27,1%, em virtude, principalmente, da valorização da carteira de não coligadas, com crescimento de 29,5%, atingindo o montante de R\$ 90,0 bilhões, com destaque para Petrobras, com crescimento de 59,2%, no valor de R\$ 16,4 bilhões.

Distribuição setorial da Carteira de Investimentos

	Ações
Petróleo e Gás	46,7%
Energia Elétrica	19,7%
Alimentos/Bebidas	19,0%
Bens de Capital	3,8%
Logística/Transporte	1,9%
Outros*	9,0%
Total	100,0%

* Inclui Fundos de Investimentos

3.4 Ativos Fiscais

A variação no 1T26 em comparação ao 4T25 deve-se principalmente ao acréscimo em ativos fiscais correntes devido a antecipação de recolhimento de IR e CSLL no montante de R\$ 1,8 bilhão.

3.5 Outros Ativos

Composto principalmente por dividendos e JCP a receber, depósitos em garantia, direitos recebíveis, e instrumentos financeiros derivativos. O acréscimo de R\$ 0,5 bilhão (15,4%) no 1T26, é explicado, principalmente, pelo aumento de R\$ 567 milhões em dividendos e JCP a receber, atenuado pela redução de R\$ 125 milhões em instrumentos financeiros derivativos.

3.6 Passivos Fiscais

O acréscimo de R\$ 7,9 bilhões no saldo do passivo fiscal no 1T26, é explicado, principalmente, pela elevação em R\$ 7,5 bilhões dos impostos diferidos (passivo líquido do ativo), acompanhando a valorização da carteira de não coligadas.

3.7 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (PL) apresentou crescimento de R\$ 15 bilhões no 1T26, devido, principalmente, ao lucro líquido ajustado de R\$ 1,4 bilhão e ao ajuste a valor justo positivo de R\$ 13,6 bilhões, líquido de tributos, com destaque para a valorização da carteira de não coligadas.

4. Instrução CVM 162/2022

Em conformidade à Instrução CVM nº 162/22, a BNDESPAR declara que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

5. Eventos Subsequentes

Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 11 de maio de 2026, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas no valor de R\$ 0,70097272 por ação ordinária e preferencial como antecipação relativa ao exercício de 2026.

O valor a ser pago será da seguinte forma: i) primeira parcela, no valor de R\$ 0,35048636, em 20 de agosto de 2026; e ii) segunda parcela, no valor de R\$ 0,35048636, em 21 de setembro de 2026.

Considerando as quantidades de ações detidas pela BNDESPAR em 31/03/2026, o valor total estimado de juros sobre capital próprio a receber perfaz R\$ 631 milhões.

Notas Explicativas



BNDESPAR

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

31 de março de 2026



 **BNDESPAR**

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

SUMÁRIO	
Informações Trimestrais	BALANÇOS PATRIMONIAIS.....3
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS4
	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE4
	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....5
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA6
	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO7
Notas explicativas às Informações Trimestrais	1. CONTEXTO OPERACIONAL8
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.8
	3. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....10
	4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....14
	5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS15
	6. CARTEIRA DE CRÉDITO.....18
	7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS20
	8. RECEITAS E DESPESAS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS21
	9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS22
	10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL24
	11. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS27
	12. PARTES RELACIONADAS29
	13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....31
	14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO37
	15. GESTÃO DE RISCOS38
	16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA39
	17. EVENTOS SUBSEQUENTES40
	18. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS40
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....62
	RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS63

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇOS PATRIMONIAIS ⁽¹⁾

	Nota explicativa	31/03/2026	31/12/2025
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		29.421.020	22.391.088
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)		1.408.175	1.507.220
Títulos e valores mobiliários	5	1.336.095	1.310.755
Derivativos	5.3	72.080	196.465
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		4.619.713	-
Títulos e valores mobiliários	5	4.619.713	-
Ativos financeiros ao custo amortizado		21.613.364	19.232.589
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	19.358.302	17.570.130
Operações de crédito	6	18.610	19.706
Outras operações com características de concessão de crédito	6	143.933	115.831
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	5.1.3	2.033.223	1.466.288
Outros ativos financeiros	7	59.296	60.634
Ativos fiscais correntes	10.2	1.779.768	1.651.279
ATIVO NÃO CIRCULANTE		91.767.998	75.899.380
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		90.030.703	73.943.160
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)		-	122
Derivativos	5.3	-	122
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		88.502.984	72.404.974
Títulos e valores mobiliários	5	88.502.984	72.404.974
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.523.201	1.533.489
Operações de crédito	6	46.358	48.867
Outras operações com características de concessão de crédito	6	604.162	621.979
Outros ativos financeiros	7	872.681	862.643
Outros ativos		4.518	4.575
Investimentos em coligadas	9	1.737.295	1.956.220
TOTAL DO ATIVO		121.189.018	98.290.468
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		3.554.018	3.119.416
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.097.264	2.050.026
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12.1	2.077.852	2.009.293
Outros passivos financeiros		19.412	40.733
Passivos fiscais correntes	10.3	513.891	122.277
Passivo atuarial - Previdência e Assistência	13.1	41.212	45.204
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	11	229	-
Outros passivos		901.422	901.909
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		16.855.185	9.409.368
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		16.855.185	9.409.368
Passivos financeiros ao custo amortizado		34.116	33.902
Obrigações por repasses - BNDES	12.1	34.116	33.902
Passivos fiscais diferidos	10.4	16.155.210	8.683.954
Passivo atuarial - Previdência e Assistência	13.1	454.614	484.623
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	11	211.245	206.889
TOTAL DO PASSIVO		20.409.203	12.528.784
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	46.998.319	46.998.319
Reservas de lucros	14.2	11.448.624	11.448.624
Outros resultados abrangentes	14.3	40.930.879	27.314.741
Lucros acumulados		1.401.993	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		100.779.815	85.761.684
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		121.189.018	98.290.468

⁽¹⁾ Neste período, o Balanço Patrimonial passou a ser apresentado em formato distinto daquele adotado em exercícios anteriores, com o objetivo de fornecer um resumo estruturado mais útil da posição patrimonial e financeira da Instituição, em linha com as melhores práticas de apresentação e divulgação previstas nos normativos contábeis aplicáveis. A nova apresentação reflete ajustes exclusivamente na agregação e desagregação de rubricas, bem como na ordem de apresentação dos itens, considerando a natureza, a função e a relevância das contas. Ressalta-se que não houve reclassificação de valores entre rubricas, nem alteração nos critérios de reconhecimento e mensuração; os ajustes efetuados referem-se apenas à forma de apresentação, sem impacto sobre o patrimônio líquido, o resultado do período ou os fluxos de caixa divulgados.

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	31/03/2026	31/03/2025
RECEITAS OPERACIONAIS		2.031.967	1.312.815
De participações societárias		1.399.899	812.608
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	(185.787)	(19.889)
Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição		-	42
Resultado com derivativos		(124.504)	(96)
Juros sobre o capital próprio	5.1.2	594.386	24.095
Dividendos	5.1.2	1.061.728	697.856
Resultado com fundos de investimento		54.076	110.600
De operações financeiras	8	632.068	500.207
Receitas de operações de crédito		9.223	23.562
Títulos e valores mobiliários		622.845	476.645
DESPESAS OPERACIONAIS		1.801	(15.369)
De operações financeiras	8	1.801	(15.369)
Encargos financeiros sobre obrigações por repasses com o BNDES		(215)	(125)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	8.1	2.016	(15.244)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(500.659)	(234.075)
Despesas com tributos		(95.802)	(100.706)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(3.303)	(2.458)
Despesas com pessoal		(375.656)	(305.700)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	11	(4.585)	(23.792)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		24.455	(27.844)
Despesas administrativas		(42.821)	(49.507)
Diversas	8.2	(2.947)	275.932
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.533.109	1.063.371
Tributos correntes	10.1	(542.303)	(133.685)
Tributos diferidos	10.1	(179.463)	(596.421)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		811.343	333.265
Quantidade de ações	14	1.000.000	1.000.000
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		811	333

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/03/2026	31/03/2025
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	811.343	333.265
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	(27.650)	15.452
Ajuste acumulado de conversão - ativos de coligadas	(46.561)	11.168
Hedge de investimento no exterior - de coligadas	17.454	(1.822)
Outros resultados abrangentes - ativos de coligadas	1.457	6.106
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	13.643.788	3.283.666
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais	20.633.765	5.262.671
Efeito fiscal	(7.026.671)	(1.746.411)
Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego	34.237	(256.631)
Efeito fiscal	2.457	24.037
Total de Outros Resultados Abrangentes	13.616.138	3.299.118
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	14.427.481	3.632.383

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Reserva para futuro aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Ativos próprios	Ativos de coligadas		
Em 1º de janeiro de 2025		39.686.406	4.582.532	268.341	146.862	7.311.913	-	26.245.972	433.922	-	78.675.948
Ajustes decorrentes de mudanças de estimativas contábeis		-	-	-	-	-	-	-	-	123.784	123.784
Ajustes de avaliação patrimonial	14.3	-	-	-	-	-	-	3.261.146	15.452	-	3.276.598
Perda (ganho) pela realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	14.4	-	-	-	-	-	-	22.520	-	(22.520)	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	333.265	333.265
Em 31 de março de 2025		39.686.406	4.582.532	268.341	146.862	7.311.913	-	29.529.638	449.374	434.529	82.409.595
Mutações no período		-	-	-	-	-	-	3.283.666	15.452	434.529	3.733.647
Em 1º de janeiro de 2026		46.998.319	5.005.541	268.341	-	-	6.174.742	26.960.436	354.305	-	85.761.684
Ajustes de avaliação patrimonial	14.3	-	-	-	-	-	-	14.234.438	(27.650)	-	14.206.788
Perda (ganho) pela realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	14.4	-	-	-	-	-	-	(590.650)	-	590.650	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	811.343	811.343
Em 31 de março de 2026		46.998.319	5.005.541	268.341	-	-	6.174.742	40.604.224	326.655	1.401.993	100.779.815
Mutações no período		-	-	-	-	-	-	13.643.788	(27.650)	1.401.993	15.018.131

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/03/2026	31/03/2025
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.533.109	1.063.371
Ajustes ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social	903.510	36.502
Constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito	(2.016)	15.244
Constituição das provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	4.585	23.792
Resultado de participações em coligadas	185.787	19.889
Ganho (perda) pela realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	590.650	(22.519)
Resultado com derivativos	124.504	96
Variação de ativos e passivos	(653.936)	1.249.199
. (Aumento) / redução líquido em operações com características de concessão de crédito	(4.664)	85.388
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	158.284	240.682
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(704.067)	1.258.287
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	214	2.626
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(103.703)	(337.784)
Caixa gerado (consumido) nas operações	1.782.683	2.349.072
. IR e CSLL pagos	-	(70.098)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	1.782.683	2.278.974
Atividades de investimentos		
. Compra de investimentos	-	(4.469)
. Recebimento de dividendos e juros sobre o capital social de coligadas	5.489	5.089
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	5.489	620
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.788.172	2.279.594
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.570.130	14.482.186
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	19.358.302	16.761.780
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.788.172	2.279.594

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	31/03/2026		31/03/2025	
RECEITAS	1.442.701		910.432	
Intermediação financeira	632.068		500.207	
Resultado bruto da realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	775.703		(22.520)	
Outras receitas	34.930		432.745	
DESPESAS	(88.651)		(98.029)	
Intermediação financeira	(215)		(125)	
Outras despesas	(88.436)		(97.904)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(37.930)		(62.543)	
Materiais, energia e outros	(6.840)		(5.727)	
Serviços de terceiros	(33.106)		(41.572)	
Reversão (constituição) de provisão para perda de valores ativos	2.016		(15.244)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.316.120		749.860	
RETENÇÕES	(2.019)		(1.767)	
Depreciação	(2.019)		(1.767)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.314.101		748.093	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.470.327		702.062	
Resultado de equivalência patrimonial	(185.787)		(19.889)	
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.656.114		721.951	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.784.428		1.450.155	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.784.428	100,0%	1.450.155	100,0%
Pessoal e encargos	337.472	12,1%	274.499	18,9%
- Remuneração direta	219.813		173.885	
- Benefícios	98.431		84.869	
- FGTS	18.344		14.945	
- Outros	884		800	
Impostos, taxas e contribuições	1.044.108	37,5%	864.470	59,6%
- Federais	1.038.938		859.373	
- Municipais	5.170		5.097	
Aluguéis	855	0,0%	441	0,0%
Lucros retidos	1.401.993	50,4%	310.745	21,5%

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Centro Empresarial Parque Cidade, Quadra 09, Torre C, 12º andar, constituída em 1974 como subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário, transitório e não executivo e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

Objetivos e atuação

A BNDESPAR tem por objetivo, conforme seu Estatuto Social, o desenvolvimento econômico e social por meio do fomento ao mercado de capitais, bem como o incentivo e o apoio a operações abrangidas por seu objeto social, que inclui: capitalização e/ou desenvolvimento de sociedades, observados os planos e políticas do BNDES; apoio a instrumentos e sociedades com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivos de forma sustentável; acréscimo de oferta de valores mobiliários e democratização da propriedade do capital de empresas; administração e gestão de carteira de valores mobiliários proprietária e de terceiros; estruturação de soluções financeiras e de processos de Desestatização e de Parceria Público-Privada de iniciativa da União e demais Entes da Federação; e prestação de consultoria especializada a administradores e gestores de fundos de investimento em direitos creditórios, em suas atividades de análise e seleção de direitos creditórios para integrarem a carteira dos respectivos fundos.

Informações adicionais sobre as formas de atuação da BNDESPAR podem ser consultadas no *site* www.bndes.gov.br.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da BNDESPAR referentes ao período findo em 31 de março de 2026 foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 07 de maio de 2026. O Conselho de Administração da BNDESPAR, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente à emissão em 12 de maio de 2026.

A moeda funcional e de apresentação da BNDESPAR é o Real (R\$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico no qual a entidade opera.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

2.2.1. Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas demonstrações financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações financeiras utilizadas na gestão da BNDESPAR.

2.2.2. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da BNDESPAR, uma vez que a Administração está convencida de que esta possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Critérios de relevância da Administração

As notas explicativas incluem informações necessárias para o entendimento das demonstrações financeiras da BNDESPAR, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido a sua dimensão ou natureza, quando comparado ao conjunto das demonstrações financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados da BNDESPAR; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios da BNDESPAR.

2.4. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As notas explicativas da BNDESPAR, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM), estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

Informações sobre as principais práticas contábeis aplicadas podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 18 deste relatório.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Apresentamos a seguir informações exigidas pelos pronunciamentos contábeis CPC 40 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e CPC 46 – Mensuração do valor justo.

Informações adicionais podem ser encontradas nas notas explicativas de cada instrumento financeiro, assim como na Nota Explicativa n.º 15 sobre gestão de riscos.

3.1. Classificação por categoria

Ativos financeiros	31/03/2026			
	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Custo amortizado	Total
Aplicações em operações compromissadas	-	-	19.358.302	19.358.302
Títulos e valores mobiliários				
Ações e certificados de depósito de ações ⁽¹⁾	-	89.970.621	-	89.970.621
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	1.336.095	3.152.076	-	4.488.171
Derivativos	72.080	-	-	72.080
Operações de crédito	-	-	64.968	64.968
Outras operações com características de operações de crédito				
Debêntures	-	-	421.291	421.291
Direitos recebíveis	-	-	326.804	326.804
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	-	-	2.033.223	2.033.223
Devedores por depósitos em garantia	-	-	870.837	870.837
Outros ativos financeiros	-	-	61.140	61.140
Total	1.408.175	93.122.697	23.136.565	117.667.437

⁽¹⁾ Instrumentos patrimoniais designados no reconhecimento inicial à categoria VJORA.

⁽²⁾ Os montantes na categoria VJORA referem-se à instrumentos patrimoniais designados no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros	Custo amortizado	Total
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.077.852	2.077.852
Outros passivos financeiros	53.528	53.528
Total	2.131.380	2.131.380

Ativos financeiros	31/12/2025			
	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Custo amortizado	Total
Aplicações em operações compromissadas	-	-	17.570.130	17.570.130
Títulos e valores mobiliários				
Ações e certificados de depósito de ações ⁽¹⁾	-	69.494.624	-	69.494.624
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	1.310.755	2.910.350	-	4.221.105
Derivativos	196.587	-	-	196.587
Operações de crédito	-	-	68.573	68.573
Outras operações com características de operações de crédito				
Debêntures	-	-	422.309	422.309
Direitos recebíveis	-	-	315.501	315.501
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	-	-	1.466.288	1.466.288
Devedores por depósitos em garantia	-	-	861.603	861.603
Outros ativos financeiros	-	-	61.674	61.674
Total	1.507.342	72.404.974	20.766.078	94.678.394

⁽¹⁾ Instrumentos patrimoniais designados no reconhecimento inicial à categoria VJORA.

⁽²⁾ Os montantes na categoria VJORA referem-se à instrumentos patrimoniais designados no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros	Custo amortizado	Total
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.009.293	2.009.293
Outros passivos financeiros	74.635	74.635
Total	2.083.928	2.083.928

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente, classificados pelos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo.

	31/03/2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor justo por meio do resultado				
Cotas de fundos de investimento	-	-	1.336.095	1.336.095
Derivativos	-	-	72.080	72.080
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	86.696.880	62.049	3.211.692	89.970.621
Cotas de fundos de investimento	51.338	-	3.100.738	3.152.076
Total	86.748.218	62.049	7.720.605	94.530.872

	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor justo por meio do resultado				
Cotas de fundos de investimento	-	-	1.310.755	1.310.755
Derivativos	-	-	196.587	196.587
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	65.880.573	418.857	3.195.194	69.494.624
Cotas de fundos de investimento	45.713	-	2.864.637	2.910.350
Total	65.926.286	418.857	7.567.173	73.912.316

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.2.1. Transferências entre o Nível 1 e o Nível 2

A tabela abaixo apresenta os ativos financeiros que tiveram ativos reclassificados entre os níveis 1 e 2, quando comparado à posição no início e no final dos exercícios. Os valores apresentados correspondem ao saldo do ativo reclassificado na data-base reportada.

	31/03/2026		31/12/2025	
	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	-	363.335	16.651	-

As razões para essas transferências e a política da entidade para determinar quando se considera que ocorreram as transferências entre níveis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 18.4.1.3.

3.2.2. Conciliação dos saldos do Nível 3

	31/03/2026			
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
	Cotas de Fundos de investimento	Derivativos	Ações	Cotas de Fundos de investimento
Saldo no início do exercício	1.310.755	196.587	3.195.194	2.864.637
Transferências do Nível 3	-	-	-	-
Transferências para Nível 3	-	-	7.411	-
Ganhos (perdas) incluídos no/em:				
Resultado do período	54.076	(124.507)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	9.797	(28.794)
Aquisições	36.888	-	-	294.837
Alienações/resgates/amortizações	(65.624)	-	(710)	(29.942)
Saldo no final do período	1.336.095	72.080	3.211.692	3.100.738

	31/12/2025			
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
	Cotas de Fundos de investimento	Derivativos	Ações	Cotas de Fundos de investimento
Saldo no início do exercício	1.294.705	675	3.102.578	2.489.336
Transferências do Nível 3	-	-	(68.918)	-
Transferências para Nível 3	-	-	9.452	-
Ganhos (perdas) incluídos no/em:				
Resultado do exercício	225.117	34.803	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	(17.644)	140.719
Aquisições	194.293	161.109	169.726	453.709
Alienações/resgates/amortizações/conversão	(403.360)	-	-	(219.127)
Saldo no final do exercício	1.310.755	196.587	3.195.194	2.864.637

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.2.3. Informações sobre dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do Nível 3

Ativos	Variáveis não observáveis	31/03/2026	31/12/2025
Ações	Crescimento do Ebitda (média ponderada)	de 4,2% a 6,6%	de 4,2% a 6,6%
	Taxas de desconto	de 13,2% a 15%	de 13,2% a 15%
	Múltiplos	de 1x a 8,1x	de 1,1x a 7,8x
Bônus de subscrição	Volatilidades	de 0,25 a 0,68	de 0,25 a 0,67

Sensibilidade a mudanças em dados não observáveis significativos

Os dados não observáveis foram agregados em duas categorias apresentadas na tabela a seguir, a qual evidencia a sensibilidade a alterações para cenários selecionados.

Variáveis não observáveis	Cenários	31/03/2026		31/12/2025	
		Impacto no resultado	Impacto no patrimônio	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	Cenário I	(133.610)	(631.243)	(131.075)	(606.724)
	Cenário II	(334.024)	(1.578.108)	(327.689)	(1.516.811)
Volatilidade de ações	Cenário I	-	(25.161)	-	(11.611)
	Cenário II	-	(50.238)	-	(23.134)

Variáveis não observáveis	Cenário I	Cenário II
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	redução de 10% nos valores dos ativos	redução de 25% nos valores dos ativos
Volatilidade de ações	aplicação de volatilidade muito baixa (0,20)	aplicação de volatilidade extremamente baixa (0,15)

3.3. Valor justo de ativos financeiros não mensurados ao valor justo

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Aplicações em operações compromissadas	19.358.302	19.358.302	17.570.130	17.570.130
Operações de crédito ⁽¹⁾	64.968	64.968	68.573	68.573
Outras operações com características de operações de crédito				
Debêntures ^{(1) (2)}	421.291	405.104	422.309	405.100
Direitos recebíveis ^{(1) (3)}	326.804	326.804	315.501	315.501
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber ⁽³⁾	2.033.223	2.033.223	1.466.288	1.466.288
Devedores por depósitos em garantia ⁽³⁾	870.837	870.837	861.603	861.603
Outros ativos financeiros ⁽³⁾	61.140	61.140	61.674	61.674
Total	23.136.565	23.120.378	20.766.078	20.748.869

⁽¹⁾ Valores líquidos da provisão para perdas de crédito.

⁽²⁾ Valor justo estimado no nível 3 da hierarquia de valor justo.

⁽³⁾ O custo amortizado é uma aproximação razoável do valor justo destes ativos.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

3.4. Exposição a risco de crédito

3.4.1. Carteira por estágios

O quadro a seguir apresenta o valor contábil bruto dos ativos financeiros classificados de acordo com a respectiva mensuração para perdas de crédito baseada no modelo de 3 estágios.

	31/03/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	65.237	-	-	65.237	68.861	-	-	68.861
Outras operações com características de operações de crédito								
Debêntures (avaliadas ao custo amortizado)	422.780	-	-	422.780	423.802	-	-	423.802
Direitos recebíveis	305.326	-	2.252.776	2.558.102	293.840	-	2.254.952	2.548.792
Total	793.343	-	2.252.776	3.046.119	786.503	-	2.254.952	3.041.455

3.4.2. Concentração por setor de atividade

	31/03/2026				31/12/2025			
	Outros créditos	Operação de crédito	Debêntures	Total	Outros créditos	Operação de crédito	Debêntures	Total
Setor público								
Indústria	-	-	153.083	153.083	-	-	160.463	160.463
Setor privado								
Indústria	397.080	65.152	269.697	731.929	387.594	68.861	263.339	719.794
Intermediação financeira	2.157.204	-	-	2.157.204	-	-	-	-
Outros serviços	3.818	85	-	3.903	2.161.198	-	-	2.161.198
Subtotal	2.558.102	65.237	269.697	2.893.036	2.548.792	68.861	263.339	2.880.992
Total	2.558.102	65.237	422.780	3.046.119	2.548.792	68.861	423.802	3.041.455

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações em operações compromissadas	19.358.302	17.570.130

As operações compromissadas são consideradas caixa e equivalentes de caixa para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2026			31/12/2025		
	VJR	VJORA	Total	VJR	VJORA	Total
Ações e certificados de depósito de ações	-	89.970.621	89.970.621	-	69.494.624	69.494.624
Cotas de fundos de investimento	1.336.095	3.152.076	4.488.171	1.310.755	2.910.350	4.221.105
Total	1.336.095	93.122.697	94.458.792	1.310.755	72.404.974	73.715.729

5.1. Ações designadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA

A carteira de participações societárias da BNDESPAR é representada, em sua maior parte, por ações de companhias sobre as quais a BNDESPAR não exerce influência significativa, designadas no reconhecimento inicial à categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”.

As demais participações societárias, investimentos em empresas coligadas sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 9.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, com perspectiva de longo prazo.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações VJORA, contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa.

Empresas Investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas em 31/03/2026		% de participação no capital total em 31/03/2026	Valor contábil	
	Ordinárias	Preferenciais		31/03/2026	31/12/2025
Nível 1					
PETROBRAS	-	900.210	6,98	44.218.340	27.771.494
JBS N.V	199.312	-	17,14	18.479.915	15.812.571
COPEL	589.808	-	19,77	9.053.550	8.558.292
AXIA ENERGIA	71.956	42.517	3,93	6.711.506	5.779.379
EMBRAER	39.762	-	5,37	3.014.394	3.544.031
CEMIG	106.610	-	3,73	1.784.653	1.566.103
ENERGISA - UNITS	32.260	129.039	6,40	1.682.341	1.521.366
COPASA	13.160	-	3,46	756.411	571.782
COSAN	81.800	-	2,06	434.358	436.812
BRAVA ENERGIA	8.939	-	1,92	183.332	151.600
Subtotal Nível 1				86.318.800	65.713.430
Outras empresas - Nível 1				378.080	167.143
Total Nível 1				86.696.880	65.880.573
Nível 2				62.049	418.857
Nível 3				3.211.692	3.195.194
TOTAL				89.970.621	69.494.624
Circulante				4.619.713	-
Não circulante				85.350.908	69.494.624

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5.1.1. Ganhos pela realização de instrumentos patrimoniais

O ganho ou perda na alienação de ações classificadas na categoria VJORA é reconhecido em Lucros Acumulados, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 14.4, e apresentado na linha "Ganho pela realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA" das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

Lucros Acumulados - Realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA ⁽¹⁾	31/03/2026	31/03/2025
Ações ⁽²⁾		
Alienação	765.957	(33.166)
Efeito tributário	(181.739)	-
Total	584.218	(33.166)

⁽¹⁾ O valor apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do trimestre findo em 31 de março de 2026 inclui ainda R\$ 6.432 referentes à realização de investimentos em contas de fundos de investimentos designados ao VJORA (R\$ 10.646 no trimestre findo em 31 de março de 2025).

⁽²⁾ A realização de tais ativos ocasionou a realização de seu ganho com ajuste a valor justo, reconhecido até então em outros resultados abrangentes, no montante total de R\$ 766.700 no trimestre findo em 31 de março de 2026 (R\$ 1.885.285 no período findo em 31 de dezembro de 2025).

5.1.2. Receita de Dividendos e Juros sobre o capital próprio (JCP)

Empresas	31/03/2026			31/03/2025		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
JBS	1.041.902	-	1.041.902	-	-	-
Petrobras	-	563.738	563.738	638.740	-	638.740
Cemig	-	24.520	24.520	-	20.162	20.162
Naturgy	19.846	-	19.846	-	-	-
Energisa	-	-	-	55.721	-	55.721
Subtotal	1.061.748	588.258	1.650.006	694.461	20.162	714.623
Outras empresas ⁽¹⁾	(20)	6.128	6.108	3.395	3.933	7.328
Total	1.061.728	594.386	1.656.114	697.856	24.095	721.951

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2026 a BNDESPAR reconheceu uma despesa de R\$ 40 com dividendos (líquida de receita de R\$24) devido a alteração do valor previamente divulgado pela investida, e reconhecido pela BNDESPAR.

5.1.3. Dividendos e JCP a receber

Os valores a receber de dividendos e JCP das ações VJORA estão apresentados na linha "Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber" do balanço, juntamente com os proventos decorrentes de investimento em ações de coligadas, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	31/03/2026	31/12/2025
Ações VJORA		
Dividendos ⁽¹⁾	1.359.475	590.492
Juros sobre o capital próprio	641.309	837.113
	2.000.784	1.427.605
Coligadas		
Dividendos	32.439	38.683
	32.439	38.683
Total	2.033.223	1.466.288

⁽¹⁾ Em 31 de março de 2026, inclui R\$ 1.614 referente a variação cambial negativa de dividendos a receber de investida no exterior.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5.2. Cotas de fundos de investimento

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base das informações trimestrais.

Fundo	Administrador	31/03/2026	31/12/2025
VINCI Crédito Infra Institucional RF	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	425.491	391.006
SRM EXODUS PME FIDC	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	412.278	412.306
Kinea Equity Infra I FIP	Kinea Private Equity Investimentos S.A.	338.426	301.840
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	321.002	336.071
Lightrock LATAM Fund I FIP	Lightrock Gestora de Recursos Ltda.	272.705	268.151
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	257.119	257.292
Pátria Infraestrutura V	XP Investimentos CCTVM S.A.	208.626	-
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	205.644	213.573
Pátria Infra Crédito FIDC	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	137.561	136.985
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	135.467	133.082
ALAO V Brasil FIP	TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.	128.139	112.118
CRATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	125.058	118.932
FIDC FUNTTEL PADTEC FIDC	Finvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	123.113	105.768
Avanti Multiestratégia FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	122.719	122.302
GEF LATAM Climate Solutions FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	103.996	118.795
Subtotal		3.317.344	3.028.221
Outros		1.170.827	1.192.884
Total		4.488.171	4.221.105
Circulante		1.336.095	1.310.755
Não circulante		3.152.076	2.910.350

5.3 Derivativos

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável, conforme demonstrado a seguir.

	Metodologia de precificação	Vencimento	31/03/2026	31/12/2025
Opção de venda	Simulação de Monte Carlo	dez/26	71.957	196.464
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes	mar/27	123	123
			72.080	196.587
Circulante			72.080	196.465
Não circulante			-	122

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6. CARTEIRA DE CRÉDITO

	31/03/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Operações de crédito						
Saldo bruto	18.879	46.358	65.237	19.994	48.867	68.861
Provisão para perdas de crédito	(269)	-	(269)	(288)	-	(288)
Total	18.610	46.358	64.968	19.706	48.867	68.573
Outras operações com características de operações de crédito						
Direitos recebíveis						
Saldo bruto	190.876	2.367.225	2.558.101	157.724	2.391.068	2.548.792
Provisão para perdas de crédito	(46.943)	(2.184.354)	(2.231.297)	(41.893)	(2.191.398)	(2.233.291)
Subtotal	143.933	182.871	326.804	115.831	199.670	315.501
Debêntures						
Saldo bruto	-	422.780	422.780	-	423.802	423.802
Provisão para perdas de crédito	-	(1.489)	(1.489)	-	(1.493)	(1.493)
Subtotal	-	421.291	421.291	-	422.309	422.309
Total	143.933	604.162	748.095	115.831	621.979	737.810
Total da Carteira de crédito	162.543	650.520	813.063	135.537	670.846	806.383

6.1. Operação de crédito e direitos recebíveis

6.1.1. Carteira bruta por vencimento

31/03/2026		31/12/2025	
Vencido	4.532	Vencido	3.363
A vencer:		A vencer:	
Até 1 ano	205.223	Até 1 ano	174.355
Entre 1 e 2 anos	128.877	Entre 1 e 2 anos	129.572
Entre 2 e 3 anos	125.282	Entre 2 e 3 anos	125.418
Entre 3 e 5 anos	59.243	Entre 3 e 5 anos	59.831
Entre 5 e 10 anos	106.686	Entre 5 e 10 anos	108.575
Após 10 anos	1.993.495	Após 10 anos	2.016.539
Total	2.623.338	Total	2.617.653

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6.1.2. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por estágios

	31/03/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
OPERAÇÃO DE CRÉDITO				
Saldo no início do exercício	(288)	-	-	(288)
(Constituição) / reversão líquida	19	-	-	19
Saldo no final do período	(269)	-	-	(269)
DIREITOS RECEBÍVEIS				
Saldo no início do exercício	(4.679)	-	(2.228.612)	(2.233.291)
(Constituição) / reversão líquida	(183)	-	2.176	1.993
Saldo no final do período	(4.862)	-	(2.226.436)	(2.231.298)

	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
OPERAÇÃO DE CRÉDITO				
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Reclassificação	(340)	-	-	(340)
(Constituição) / reversão líquida	52	-	-	52
Saldo no final do exercício	(288)	-	-	(288)
VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				
Saldo no início do exercício	(340)	-	(86.586)	(86.926)
Reclassificação	340	-	-	340
(Constituição) / reversão líquida	-	-	(346.347)	(346.347)
Baixas para prejuízo	-	-	432.933	432.933
Saldo no final do exercício	-	-	-	-
DIREITOS RECEBÍVEIS				
Saldo no início do exercício	(14.001)	-	(3.367.550)	(3.381.551)
(Constituição) / reversão líquida	9.322	-	(182.128)	(172.806)
Baixas para prejuízo	-	-	1.321.066	1.321.066
Saldo no final do exercício	(4.679)	-	(2.228.612)	(2.233.291)

No primeiro trimestre de 2025 houve mudança de estimativa contábil conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 18.19.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6.2 Debêntures

6.2.1. Carteira bruta por vencimento

	31/03/2026
	Avaliadas ao custo amortizado
A vencer:	
Até 1 ano	-
Entre 1 e 2 anos	294.702
Entre 2 e 3 anos	15.104
Entre 3 e 5 anos	44.277
Entre 5 e 10 anos	-
Após 10 anos	68.697
Total	422.780

	31/12/2025
	Avaliadas ao custo amortizado
A vencer:	
Até 1 ano	-
Entre 1 e 2 anos	292.553
Entre 2 e 3 anos	16.512
Entre 3 e 5 anos	-
Entre 5 e 10 anos	45.815
Após 10 anos	68.922
Total	423.802

6.2.2. Movimentação da provisão para perdas de crédito

	31/03/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DEBÊNTURES				
Saldo no início do exercício	(1.493)	-	-	(1.493)
(Constituição) / reversão líquida	4	-	-	4
Saldo no final do período	(1.489)	-	-	(1.489)

	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DEBÊNTURES				
Saldo no início do exercício	(2.417)	-	-	(2.417)
(Constituição) / reversão líquida	924	-	-	924
Saldo no final do exercício	(1.493)	-	-	(1.493)

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31/03/2026	31/12/2025
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾	870.837	861.603
Outros	61.140	61.674
Total	931.977	923.277
Circulante	59.296	60.634
Não circulante	872.681	862.643

⁽¹⁾ Refere-se principalmente à processos administrativos instaurados pela Receita Federal nos quais a BNDESPAR é parte, e que questionam, em sua maioria, a exclusão de receitas originadas na alienação de participações societárias (ações) das bases de cálculo de PIS e COFINS, ocorridas em 2005. Em todos os casos foram apresentadas impugnações ainda pendentes de julgamento definitivo. Esses processos se encontram com probabilidade de perda classificada como possível, a despeito de terem sido integralmente depositados e seus valores são atualizados pela SELIC.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8. RECEITAS E DESPESAS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas de operações financeiras	632.068	500.207
Operações de crédito	9.223	23.562
.Moeda nacional	12.569	32.997
Juros/comissões	12.568	35.337
Atualização monetária	1	(2.340)
.Moeda estrangeira	(3.346)	(9.435)
Juros/comissões	-	(5.124)
Variação cambial	(3.346)	(4.311)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	622.845	476.645
.Moeda nacional	622.845	476.645
Juros/comissões	14.452	23.603
Atualização monetária ⁽¹⁾	611.177	457.993
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	(2.784)	(4.951)
Despesas de operações financeiras	1.801	(15.369)
Encargos financeiros sobre obrigações por repasses com o BNDES	(215)	(125)
Moeda nacional	(215)	(125)
Atualização monetária	(215)	(125)
Resultado de provisão para risco de crédito	2.016	(15.244)
Reversão (constituição) de provisão	2.016	(15.244)
Resultado líquido de operações financeiras	633.869	484.838

⁽¹⁾ Atualização monetária de aplicações em operações compromissadas.

⁽²⁾ Ajuste a valor justo de debêntures.

8.1. Resultado de provisão para perdas de crédito

	31/03/2026	31/03/2025
Reversão / (constituição) líquida:		
Debêntures	4	2.657
Operação de crédito	19	(23)
Direitos recebíveis	1.993	(17.878)
Receita (despesa) líquida apropriada	2.016	(15.244)

8.2. Outras receitas/despesas operacionais - Diversas

O principal efeito registrado na rubrica do Resultado de "Diversas" no grupo de "outras receitas/despesas operacionais", refere-se à baixa dos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 entre o Sistema BNDES e a FAPES, ocorrida em março de 2025. Na BNDESPAR o valor foi de R\$ 279.300.

Tal baixa foi amparada nos termos do acordo celebrado entre as empresas do Sistema BNDES e a FAPES, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos ("SecexConsenso") do TCU.

Informações adicionais estão mencionadas na Nota Explicativa n.º 13.1.1.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas representam todas as empresas investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce “influência significativa”.

Coligadas ⁽²⁾	31/03/2026 ⁽¹⁾					31/12/2025 ⁽¹⁾		Natureza das atividades do negócio da coligada
	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor patrimonial do investimento	Provisão para perdas	Total	Total	
		Ordinárias	Total					
Tupy	40.645	31,01%	31,01%	742.738	(78.450)	664.288	876.721	Setor de metalurgia e siderurgia
CBO Holding	26.172	18,88%	18,88%	368.720	-	368.720	369.784	Apoio marítimo a indústria de E&P de óleo e gás
CTC	60.902	18,99%	18,99%	331.882	-	331.882	326.322	Biotecnologia
Iguá	61.729	11,09%	11,09%	273.727	-	273.727	287.774	Saneamento
Subtotal				1.717.067	(78.450)	1.638.617	1.860.601	
Outras				269.677	(170.999)	98.678	95.619	
Total				1.986.744	(249.449)	1.737.295	1.956.220	

⁽¹⁾ A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/01/2026 (31/10/2025 para cálculo da equivalência em 31/12/2025).

⁽²⁾ Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾ % de participação sobre o capital da coligada, ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

9.1. Movimentação do saldo dos investimentos em coligadas

Coligadas	31/03/2026					Saldo no final do período
	Saldo no início do exercício	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e Movimentação do PL reflexos de coligada ^{(2) (3)}		
Tupy	876.721	-	(197.997)	(14.436)		664.288
CBO Holding	369.784	(5.489)	18.575	(14.150)		368.720
CTC	326.322	-	5.353	207		331.882
Iguá	287.774	-	(14.047)	-		273.727
Subtotal	1.860.601	(5.489)	(188.116)	(28.379)		1.638.617
Outras coligadas	95.619	-	2.329	730		98.678
Total	1.956.220	(5.489)	(185.787)	(27.649)		1.737.295

Coligadas	31/12/2025						
	Saldo no início do exercício	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e Movimentação do PL reflexos de coligada ^{(2) (3)}	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Saldo no final do exercício
Tupy	1.023.167	-	-	(38.521)	(29.475)	(78.450)	876.721
CBO Holding	349.565	-	-	42.844	(22.625)	-	369.784
CTC	313.525	-	(9.525)	21.371	951	-	326.322
Iguá	390.849	-	-	(104.907)	1.832	-	287.774
Subtotal	2.077.106	-	(9.525)	(79.213)	(49.317)	(78.450)	1.860.601
Outras coligadas	127.806	4.469	(49.115)	(31.999)	(1.966)	46.424	95.619
Total	2.204.912	4.469	(58.640)	(111.212)	(51.283)	(32.026)	1.956.220

⁽¹⁾ Inclui a amortização das Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

⁽²⁾ A movimentação do “Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas” decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pelas coligadas Tupy e CBO Holding em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

⁽³⁾ Inclui os efeitos de mudança no percentual de participação relativa da BNDESPAR.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9.2. Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligada	Título	31/03/2026	31/12/2025
Tupy	ON	544.242	499.938

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão do mês de referência.

9.3. Informação sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR e suas respectivas amortizações.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	31/01/2026 ⁽¹⁾					01/11/2025 a 31/01/2026 - três meses ⁽¹⁾			
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade ⁽²⁾	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Tupy	1.598.871	5.026.676	905.470	3.324.809	2.395.268	566.703	(638.752)	(46.043)	(684.795)
CBO Holding	88.308	2.430.523	61.531	504.332	1.952.968	124.073	98.385	(74.947)	23.438
CTC	788.710	1.363.654	163.757	240.691	1.747.916	117.013	28.192	(42)	28.150
Iguá	443.060	3.782.487	159.314	1.598.428	2.467.805	53.902	(126.649)	-	(126.649)

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

⁽²⁾ Inclui resultados reconhecidos pela coligada diretamente em lucros acumulados, quando aplicável.

9.4. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	31/03/2026	31/12/2025
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR ⁽¹⁾	(845.217)	(845.290)
Perdas não reconhecidas no resultado do período ⁽¹⁾	-	(1.917)

⁽¹⁾ Decorrente de investimento em coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante.

9.5. Análise do valor recuperável

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não tendo identificado a necessidade de constituição ou reversão de provisão.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Contribuição para o PIS/PASEP ⁽¹⁾	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽¹⁾	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ Para as receitas financeiras e as decorrentes de alienação de participação societária, a alíquota do PIS/PASEP é de 0,65%, e da COFINS é de 4%.

10.1. Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, apurados conforme alíquotas nominais e os valores reconhecidos no resultado estão evidenciados a seguir:

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.533.109	1.063.371
Encargo total de IRPJ e CSLL às alíquotas de 25% e 9%	(521.257)	(361.546)
Ajustes		
Equivalência patrimonial	(61.751)	(5.346)
Dividendos de investimentos avaliados a custo ou valor justo	6.741	237.271
Varição no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	8.732	(556.967)
Outras diferenças permanentes	(154.231)	(43.518)
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(721.766)	(730.106)
Tributos Correntes	(542.303)	(133.685)
Tributos Diferidos	(179.463)	(596.421)
Alíquota efetiva	47,1%	68,7%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de mudanças na expectativa de realização de diferenças temporárias dedutíveis de anos anteriores.

10.2. Ativos fiscais correntes

	31/03/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL a compensar ⁽¹⁾	1.583.436	1.188.445
Imposto de renda retido na fonte	195.183	461.685
Outros	1.149	1.149
Total dos Ativos fiscais correntes	1.779.768	1.651.279

⁽¹⁾ Referem-se, principalmente, a recolhimentos de IRPJ e CSLL realizados antecipadamente por estimativa em exercícios anteriores, gerando créditos tributários a serem compensados em exercícios subsequentes.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10.3. Passivos fiscais correntes

	31/03/2026	31/12/2025
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	542.303	2.120.228
Parcela dos tributos correntes reconhecida em outros resultados abrangentes	(99.222)	431.018
Tributos correntes devidos no período	443.081	2.551.246
(-) Antecipações	-	(2.551.246)
Passivos fiscais correntes	443.081	-
Outros Tributos ⁽¹⁾	70.810	122.277
Passivos fiscais correntes	513.891	122.277

⁽¹⁾ Referem-se, principalmente, ao PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre o Faturamento.

10.4. Ativos e Passivos fiscais diferidos

a) Movimentação, por natureza e origem

Ativo	31/12/2025	Constituição	Realização	31/03/2026	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.599.188	84.892	(239.306)	4.444.774	Alienação dos títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	70.343	1.670	(111)	71.902	Decisão judicial definitiva
. Ágio amortizado	83.128	1.417	-	84.545	Alienação dos títulos
. Provisão para risco de crédito	319.752	188.726	(181.316)	327.162	Recebimento ou efetivação da perda
. Outros	160.061	8.572	(77.841)	90.792	
Subtotal	5.232.472	285.277	(498.574)	5.019.175	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Perda atuarial – PAS	-	2.456	(2.456)	-	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	-	2.456	(2.456)	-	
Total dos ativos fiscais diferidos	5.232.472	287.733	(501.030)	5.019.175	

Passivo	31/12/2025	Constituição	Realização	31/03/2026	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(130.107)	(21.609)	55.443	(96.273)	Alienação dos títulos
. Ganho por compra vantajosa	(31.246)	-	-	(31.246)	Alienação dos títulos
. Outros	(3.034)	-	-	(3.034)	
Subtotal	(164.387)	(21.609)	55.443	(130.553)	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - VJORA	(13.748.641)	(7.294.249)	-	(21.042.890)	Alienação dos títulos
. Ganho atuarial – FAMS/FAPES	(3.398)	-	2.456	(942)	
Subtotal	(13.752.039)	(7.294.249)	2.456	(21.043.832)	
Total dos passivos fiscais diferidos	(13.916.426)	(7.315.858)	57.899	(21.174.385)	

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Ativos (passivos) fiscais diferidos líquidos

	31/12/2025	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2026
Ativos fiscais diferidos	5.232.472	(213.297)	-	5.019.175
Passivos fiscais diferidos	(13.916.426)	33.834	(7.291.793)	(21.174.385)
Ativos (passivos) fiscais diferidos líquidos	(8.683.954)	(179.463)	(7.291.793)	(16.155.210)

	31/12/2024	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2025
Ativos fiscais diferidos	6.468.518	(577.751)	584.489	6.475.256
Passivos fiscais diferidos	(16.258.002)	(18.670)	(1.721.875)	(17.998.547)
Ativos (passivos) fiscais diferidos líquidos	(9.789.484)	(596.421)	(1.137.386)	(11.523.291)

c) Créditos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 31 de março de 2026, não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 1.280.121, dos quais R\$ 1.227.974 referem-se a ativos fiscais diferidos com contrapartida no resultado (R\$ 1.350.255 em 31 de dezembro de 2025, dos quais R\$ 1.284.013 referem-se a ativos fiscais diferidos com contrapartida no resultado), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

d) Expectativa de realização dos ativos e passivos diferidos

31/03/2026					
	Ativos fiscais diferidos	%	Passivos fiscais diferidos	%	Líquido
2026	129.935	2,6%	(501.061)	2,4%	(371.126)
2027	554.533	11,0%	(2.013.068)	9,5%	(1.458.535)
2028	825.944	16,5%	(2.019.704)	9,5%	(1.193.760)
2029	546.414	10,9%	(1.988.454)	9,4%	(1.442.040)
2030	499.682	10,0%	(1.988.451)	9,4%	(1.488.769)
2031 a 2035	2.462.667	49,0%	(9.939.337)	46,9%	(7.476.670)
Após 2035	-	-	(2.724.310)	12,9%	(2.724.310)
Total	5.019.175	100,0%	(21.174.385)	100,0%	(16.155.210)

31/12/2025					
	Ativos fiscais diferidos	%	Passivos fiscais diferidos	%	Líquido
2026	396.917	7,6%	(1.248.761)	9,0%	(851.844)
2027	615.924	11,8%	(1.205.205)	8,7%	(589.281)
2028	774.838	14,8%	(1.303.094)	9,4%	(528.256)
2029	550.646	10,5%	(1.205.014)	8,7%	(654.368)
2030	508.728	9,7%	(1.205.003)	8,7%	(696.275)
2031 a 2035	2.385.419	45,6%	(6.020.975)	43,3%	(3.635.556)
Após 2035	-	-	(1.728.374)	12,2%	(1.728.374)
Total	5.232.472	100,0%	(13.916.426)	100,0%	(8.683.954)

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades.

	31/03/2026	31/12/2025
Processos trabalhistas	26.829	26.262
Processos cíveis	176.621	172.687
Processos fiscais	8.024	7.940
Total	211.474	206.889
Circulante	229	-
Não Circulante	211.245	206.889

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

a) Cronograma esperado de realização

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 1 ano	-	230	-
Entre 1 e 2 anos	15.632	-	-
Entre 2 e 3 anos	10.000	171.049	8.024
Entre 3 e 5 anos	1.197	49	-
Entre 5 e 10 anos	-	5.293	-
Após 10 anos	-	-	-
Total	26.829	176.621	8.024

b) Efeito no resultado

	31/03/2026	31/03/2025
Constituições de provisões	(4.912)	(24.540)
Reversões de provisões	327	748
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	(4.585)	(23.792)

11.1. Provisões trabalhistas

Em 31 de março de 2026, as provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 13 processos judiciais em andamento (13 em 31 de dezembro de 2025), que se referem, basicamente, a processos relativos à incorporação de gratificação salarial, participação nos lucros, responsabilidade solidária do Banco em razão da participação acionária da BNDESPAR e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	26.262	28.312
Pagamentos	-	(3.697)
Constituições	567	6.636
Reversões	-	(4.989)
Saldo no final do período	26.829	26.262

Em 31 de março de 2026, havia 9 processos judiciais em andamento (7 em 31 de dezembro de 2025), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.443 (R\$ 1.163 em 31 de dezembro de 2025), que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11.2. Provisões cíveis

Em 31 de março de 2026, as provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 5 processos (5 em 31 de dezembro de 2025), sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou Privatizações - PND efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa, além daquelas acerca de questões contratuais.

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	172.687	1.351.341
Pagamentos	-	(1.101.879)
Constituições	4.261	88.617
Reversões	(327)	(165.392)
Saldo no final do período	176.621	172.687

As principais variações no exercício de 2025 são decorrentes da celebração de acordo judicial que encerrou um processo ajuizado em 1995, que era estimado como perda provável, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Em 31 de março de 2026, havia 3 processos judiciais em andamento (2 em 31 de dezembro de 2025), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 11.097 (R\$ 10.629 em 31 de dezembro de 2025), referente a questões contratuais (revisão de acordo de acionistas).

11.3. Provisões fiscais

Em 31 de março de 2026, as provisões fiscais refletem a classificação de risco de perda provável sobre 1 processo (1 em 31 de dezembro de 2025), referente a compensação de créditos fiscais.

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	7.940	7.610
Pagamentos	-	(12.091)
Constituições	84	12.421
Reversões	-	-
Saldo no final do período	8.024	7.940

Em 31 de março de 2026, havia 4 processos judiciais em andamento (4 em 31 de dezembro de 2025), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.151.183 (R\$ 1.139.286 em 31 de dezembro de 2025), referentes a compensação de créditos fiscais.



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas

Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12.5. Remuneração de empregados e dirigentes

Os Conselhos de Administração e Fiscal da BNDESPAR são compostos pelos mesmos membros que compõem esses respectivos Conselhos no BNDES, sendo que esses membros não fazem jus a qualquer remuneração pela atuação como conselheiros da BNDESPAR.

A BNDESPAR não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração – Diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da BNDESPAR.

Quantidade e remunerações mensais de empregados do BNDES, referente às despesas com salários, comissões, gratificações, adicionais, horas extras e outras despesas vinculadas, sem encargos sociais:

	31/03/2026	31/12/2025
Maior Salário	106,43	106,43
Menor Salário	6,84	7,03
Salário Médio	32,69	42,97
Quantidade de empregados	14	14

12.5.1. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	2.529	1.697
Ajuste do valor provisionado	-	8
Pagamentos realizados	-	(1.705)
Provisão do período	-	2.529
Saldo no final do período	2.529	2.529

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados da BNDESPAR podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 18.12.

13.1. Passivo atuarial - planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Passivo atuarial – PBB	134.538	177.549
Passivo atuarial – PAS	361.288	352.278
Total	495.826	529.827
Circulante	41.212	45.204
Passivo atuarial – PBB	13.387	17.467
Passivo atuarial – PAS	27.825	27.737
Não Circulante	454.614	484.623
Passivo atuarial – PBB	121.151	160.082
Passivo atuarial – PAS	333.463	324.541

13.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 28 de fevereiro de 2026 e atualizados até 31 de março de 2026:

	31/03/2026	31/12/2025
Valor presente da obrigação atuarial	2.077.465	2.119.427
Valor justo dos ativos do plano	(1.808.390)	(1.764.329)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	269.075	355.098
Efeito do compartilhamento de risco	(134.538)	(177.549)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	134.537	177.549

A BNDESPAR adota o compartilhamento de risco com participantes ativos e assistidos, no custeio do benefício de previdência complementar oferecido a seus empregados. Dessa forma, o passivo atuarial do PBB, ou valor da obrigação pós-emprego de Benefício Definido (BD) reconhecido em suas demonstrações contábeis, corresponde ao montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberta pelo valor justo dos ativos do plano.

a) Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

Obrigação atuarial do PBB	31/03/2026	31/12/2025
Valor presente no início do exercício	2.119.427	2.081.682
Custo do serviço corrente	62	915
Custo dos juros da obrigação	54.457	241.818
Contribuições dos participantes do plano	167	688
Benefícios pagos	(44.397)	(173.389)
Perdas (ganhos) atuariais	(52.251)	(32.287)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	-	(2)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(5.893)	(18.405)
Mudança de premissas (reajuste salarial)	-	103.605
Ajuste de experiência	(46.358)	(117.485)
Valor presente no final do período	2.077.465	2.119.427

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 13.1.3.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos do PBB	31/03/2026	31/12/2025
Valor justo no início do exercício	1.764.329	1.678.137
Receita dos juros	45.276	193.375
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	36.923	41.920
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	6.092	23.598
Contribuições recebidas dos participantes ⁽²⁾	167	688
Benefícios pagos	(44.397)	(173.389)
Benefícios brutos	(50.322)	(196.299)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	5.925	22.910
Valor justo no final do período	1.808.390	1.764.329

⁽¹⁾ Correspondem a contribuições para ativos e assistidos e aos contratos de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro trimestre de 2025, conforme seção "Acordo TCU – Consenso".

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 6.092 em 31/03/2026 (R\$ 23.598 em 31/12/2025).

A contribuição esperada da BNDESPAR para o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 25.222.

A duração média da obrigação atuarial é de 13,89 anos em 31 de março de 2026 (13,93 anos em 31 de dezembro de 2025).

A tabela, a seguir, mostra os benefícios estimados a pagar pela BNDESPAR em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 para os próximos anos:

PBB	31/03/2026	31/12/2025
Até 1 ano	218.242	220.006
1 a 2 anos	216.576	218.422
2 a 3 anos	213.814	215.751
3 a 5 anos	418.661	422.776
5 a 10 anos	970.592	982.858
Acima de 10 anos	2.060.653	2.159.724
Total	4.098.538	4.219.537

b) Impacto no resultado e patrimônio líquido

Resultado	31/03/2026	31/03/2025
Custo do serviço corrente	(31)	(106)
Custo líquido dos juros	(4.510)	(5.115)
Subtotal	(4.541)	(5.221)
Contribuições recebidas do empregador	6.092	5.837
Total	1.551	616

Outros resultados abrangentes	31/03/2026	31/12/2025
Saldo do início do exercício	(194.830)	58.475
Ganhos (perdas) atuariais	52.251	32.287
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	36.923	41.920
Saldo no final do período	(105.656)	132.682
Efeito do compartilhamento de risco ⁽¹⁾	(47.713)	(50.310)
Efeito da baixa dos contratos de dívida ⁽²⁾	-	(277.202)
Saldo no final do período (com compartilhamento de risco)	(153.369)	(194.830)

⁽¹⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco nos exercícios findos.

⁽²⁾ Correspondem aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro trimestre de 2025, conforme seção "Acordo TCU – Consenso".

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Ativos do PBB por categoria e nível de mensuração

	31/03/2026				31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	1.696.742	53.755	1.750.497	-	1.661.378	54.669	1.716.047
Renda Fixa	-	26.872	-	26.872	-	-	-	-
Multimercado	-	1.669.870	897	1.670.767	-	1.661.378	432	1.661.810
Participações	-	-	52.858	52.858	-	-	54.237	54.237
Imóveis ⁽¹⁾	-	-	8.507	8.507	-	-	7.248	7.248
Locados a terceiros	-	-	3.485	3.485	-	-	2.194	2.194
Locados aos Patrocinadores	-	-	5.022	5.022	-	-	5.054	5.054
Empréstimos e Financiamentos	-	-	55.378	55.378	-	-	55.036	55.036
Subtotal	-	1.696.742	117.640	1.814.382	-	1.661.378	116.953	1.778.331
Outros ativos (passivos) não avaliados a valor justo ⁽²⁾				11.236				10.211
Outras deduções ⁽³⁾				(25.033)				(32.132)
Total em 28/02/2026 e 30/11/2025				1.800.585				1.756.410
Atualização de data base ⁽⁴⁾				7.805				7.919
Total				1.808.390				1.764.329

⁽¹⁾ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 822 em 31/03/2026 (R\$ 825 em 31/12/2025).

⁽²⁾ Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

⁽³⁾ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

⁽⁴⁾ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 28/02/2026 para 31/03/2026. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/03/2026.

d) Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação bruta do benefício definido de previdência teria sido afetada, em 31 de março de 2026, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. O impacto no passivo atuarial do PBB atribuído ao patrocinador corresponde a 50% da variação apresentada, dado que há compartilhamento de risco para este benefício pós-emprego. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação Atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(71.163)	-3,43%
Redução de 0,5% a.a.	75.911	3,65%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(137.966)	-6,64%
Redução de 1% a.a.	157.000	7,56%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	47.689	2,30%
Redução de 1 ano na idade	(49.260)	-2,37%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	58	0,00%
Redução de 1% a.a.	(58)	0,00%

e) Acordo TCU – Consenso

Em 09/10/2024, foi assinado acordo entre o Sistema BNDES, a FAPES e o TCU, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso), encerrando controvérsias administrativas e judiciais referentes ao PBB. Os processos administrativos TC 029.845/2016-5 (contratos de confissão de dívida – CCDs – de 2002 e 2004) e TC 011.488/2020-4 (em que seria monitorada a devolução dos valores referentes aos aportes de 2009 e 2010) já foram encerrados pelo TCU. E, a partir de petição conjunta, protocolada pelas empresas do Sistema BNDES e pela FAPES em 08/01/2025, nos diversos processos judiciais em que configuravam como partes contrárias (relacionados a valores aportados pelo BNDES no PBB e à execução dos CCDs), já houve a homologação do referido acordo e a consequente extinção em cada uma dessas ações na Justiça.

Os valores envolvidos nas causas, classificados como passivo contingente remoto, foram baixados; e as devoluções de valores, tratadas como ativo contingente, dependem da implementação dos demais termos do Acordo.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Acordo TCU - Consenso prevê, além do encerramento dos referidos processos, resumidamente: (i) a migração incentivada do PBB para um novo plano de contribuição definida até setembro de 2026; e (ii) a devolução ao Sistema BNDES, em até 360 (trezentos e sessenta) meses após a conclusão do processo de migração, do valor do ativo contingente a ser apurado ao final do exercício.

Em março de 2025, a partir da extinção das primeiras ações judiciais, amparada nos termos do referido acordo, foram baixados contabilmente do passivo os contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004, encerrando, assim, as obrigações do Sistema BNDES de Contas a Pagar - FAPES. O valor baixado foi R\$ 279.300 e seu efeito está registrado na rubrica do Resultado de "Diversas" no grupo de "outras receitas/despesas operacionais" em 31/03/2025.

O efeito da baixa está descrito na Nota Explicativa n.º 8.2.

13.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

	31/03/2026	31/12/2025
Valor presente das obrigações não fundeadas	361.288	352.278
Passivo líquido	361.288	352.278

a) Movimentação no valor presente das obrigações do PAS

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	352.278	348.933
Custo do serviço corrente	175	905
Custo dos juros da obrigação	9.084	41.170
Benefícios pagos	(7.474)	(26.269)
Perdas (ganhos) atuariais	7.225	(12.461)
Mudança de premissas de custos (VCMH)	-	(5.537)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(1.231)	(3.549)
Ajuste de experiência	8.456	(3.375)
Valor presente no final do período	361.288	352.278

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 13.1.3.

b) Impacto no resultado e patrimônio líquido

Resultado	31/03/2026	31/03/2025
Custo do serviço corrente	(175)	(210)
Custo dos juros da obrigação	(9.084)	(8.939)
Subtotal	(9.259)	(9.149)
Benefícios pagos (corrente)	7.474	5.470
Total	(1.785)	(3.679)

Outros resultados abrangentes	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	9.995	(2.466)
Ganhos (perdas) atuariais	(7.225)	12.461
Saldo no final do período	2.770	9.995

As contribuições esperadas da BNDESPAR com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 28.254.

A duração média da obrigação atuarial é de 17,31 anos em 31 de março de 2026 (17,12 anos em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A tabela, a seguir, mostra os benefícios estimados a pagar pela BNDESPAR em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 para os próximos anos:

PAS	BNDESPAR	
	31/03/2026	31/12/2025
Até 1 ano	28.254	28.162
1 a 2 anos	28.859	28.719
2 a 3 anos	29.270	29.112
3 a 5 anos	59.733	59.210
5 a 10 anos	153.068	150.161
Acima de 10 anos	557.812	519.120
Total	856.996	814.484

c) Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação bruta de benefício definido de assistência à saúde teria sido afetada em 31 de março de 2026 pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. O impacto no passivo atuarial do PAS atribuído ao patrocinador corresponde a 100% da variação apresentada, pois não há compartilhamento de risco para este benefício pós-emprego. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(14.760)	-4,09%
Redução de 0,5% a.a.	15.973	4,42%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(28.428)	-7,87%
Redução de 1% a.a.	33.299	9,22%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	11.272	3,12%
Redução de 1 ano na idade	(11.360)	-3,14%
Taxa de aumento dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	34.269	9,49%
Redução de 1% a.a.	(29.657)	-8,21%

13.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/03/2026	31/12/2025
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,12% a.a.	3,12% a.a.
Grupo Apoio	3,13% a.a.	3,13% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,73% a.a.	6,73% a.a.
Grupo Apoio	6,74% a.a.	6,74% a.a.
Taxa de desconto nominal	11,00% a.a.	10,96% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	11,00% a.a.	10,96% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	3,45% a.a.	3,45% a.a.
Taxa nominal de tendência dos custos médicos	7,07% a.a.	7,07% a.a.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para a data-base de 31/03/2026, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,25% a.a., correspondente à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 20/03/2026, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 3.780 dias úteis (15 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo vértice registrou taxa de 7,27% a.a. em 31/03/2026, representando aumento de 0,02 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

Em 31/12/2025, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,21% a.a., correspondente à taxa indicativa da ETTJ IPCA do dia 22/12/2025, divulgada pela Anbima, correspondente ao vértice de 4.032 dias úteis (16 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo vértice registrou taxa de 7,12% a.a. em 31/12/2025, representando redução de 0,09 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

13.1.4. Processos Judiciais e Contingências da FAPES

		31/03/2026		31/12/2025	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	44.167	177	35.665	143
	Quantidade	30	5	31	4
Classificação: Possível	Valor	44.769	531	11.414	388
	Quantidade	49	9	39	7

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 44.167 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 177 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 44.769 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 531 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

13.2. Outros benefícios concedidos aos empregados

A BNDESPAR concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	31/03/2026	31/03/2025
Vale-transporte	2	5
Vale-refeição	11.884	9.043
Assistência educacional	4.545	4.055
Total	16.431	13.103

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital Social

Em 31 de março de 2026, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 46.998.319, e está representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 28 de abril de 2025, a BNDESPAR, em sua Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre o aumento do capital social da Companhia, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R\$ 7.311.912, sem emissão de novas ações.

O capital social da BNDESPAR poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado previsto no Estatuto da BNDESPAR, no montante de R\$ 100 bilhões, sem a emissão de novas ações.

14.2. Reservas de lucros

	31/03/2026	31/12/2025
Reserva legal	5.005.541	5.005.541
Reserva de equalização de dividendos complementares	6.174.742	6.174.742
Reserva de incentivos fiscais	268.341	268.341
Total	11.448.624	11.448.624

14.3. Outros resultados abrangentes

	31/03/2026	31/12/2025
Ajuste acumulado de conversão – reflexo de coligada	478.271	524.832
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo de coligada	(151.616)	(170.527)
Ajustes de avaliação patrimonial – próprios – passivo atuarial, líquido de efeitos tributários (Notas Explicativas n.º 12.3 e 13.1)	(151.542)	(188.235)
Mensuração a valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – títulos próprios	40.755.766	27.148.671
Total	40.930.879	27.314.741

14.4. Lucro líquido ajustado pelos ganhos na realização de instrumentos patrimoniais

O quadro a seguir apresenta o lucro líquido do período, ajustado pela realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	811.343	333.265
Ganho pela realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA ⁽¹⁾	590.650	(22.520)
Lucro líquido ajustado do período	1.401.993	310.745

⁽¹⁾ Valor transferido de Outros Resultados Abrangentes para Lucros Acumulados.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15. GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos das empresas do Sistema BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento desses temas no Sistema BNDES é composta pelo Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Diretoria Executiva; *Chief Risk Officer*; Comitê de Gestão de Riscos, Subcomitê de Gestão de Risco de Modelos, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos e de controles internos.

A Política de Gerenciamento de Riscos da BNDESPAR encontra-se na Nota Explicativa nº 18.13.

15.1. Risco Operacional

Exposição ao risco operacional

O Sistema BNDES utiliza atualmente a Abordagem Padronizada como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BCB n.º 356/2023.

15.2. Risco de Mercado

a) Exposição a risco de mercado

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Exposição em 31/03/2026	Exposição em 31/12/2025
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	22.230.592	19.795.743
Juros	TJLP	268.747	262.411
Juros	IPCA	(348.633)	(374.965)
Juros	TR	(200.388)	(191.782)
Câmbio	Moeda Estrangeira	18.544.802	15.880.976
Operações de renda variável			
Preços	Ações	89.970.621	69.494.624
Preços	Bônus de Subscrição	307	295
Preços	Cotas de Fundos de Investimento	4.488.171	4.221.105
Preços	Opções	(666.398)	(861.662)

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Indicador de risco de mercado

O BNDES monitora e controla diariamente o risco de mercado de operações da BNDESPAR, em conjunto com as demais empresas do Sistema BNDES. Um das métricas utilizadas nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA (volatilidade definida por uma média móvel em que as últimas observações têm peso maior que as anteriores), fator de decaimento de 0,92, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Fatores de risco	31/03/2026	31/12/2025
Juros	3.329	1.518
Ações	3.007.455	1.350.544
Cambial	942	983
Efeito Diversificação	(86.383)	(32.900)
VaR total	2.925.343	1.320.145

15.3. Risco de Liquidez

O Sistema BNDES realiza a gestão de risco de liquidez de forma consolidada, não realizando, portanto, de forma individualizada por empresa.

Para a BNDESPAR, seu financiamento é constituído basicamente por capital investido por seu controlador, o BNDES. Desta forma, a gestão do risco de liquidez não é um ponto relevante na estrutura de gerenciamento de riscos da BNDESPAR.

15.4. Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco, passou de R\$ 101.470.071, em 31 de dezembro de 2025, para R\$ 124.126.167, em 31 de março de 2026. A variação decorre do aumento de R\$ 20.618.557 nas aplicações interfinanceiras de liquidez.

	31/03/2026	31/12/2025
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
Ativo realizável		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.358.302	17.570.130
Títulos e valores mobiliários e Derivativos	94.530.872	73.912.316
Operações de crédito	64.968	68.574
Outros créditos	10.503.038	9.999.873
Permanente		
Investimentos	1.735.232	1.954.279
Itens não contabilizados no balanço patrimonial (Off balance)		
Compromissos de investimento	2.957.270	3.125.108
Outros	518.695	615.702
(-) Não exposição	(5.542.210)	(5.775.911)
Total das exposições sujeitas ao risco de crédito	124.126.167	101.470.071

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No primeiro trimestre de 2026 e de 2025 não houve atividades relevantes que não envolvessem caixa.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 11 de maio de 2026, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas no valor de R\$ 0,70097272 por ação ordinária e preferencial como antecipação relativa ao exercício de 2026.

O valor a ser pago será da seguinte forma: i) primeira parcela, no valor de R\$ 0,35048636, em 20 de agosto de 2026; e ii) segunda parcela, no valor de R\$ 0,35048636, em 21 de setembro de 2026.

Considerando as quantidades de ações detidas pela BNDESPAR em 31/03/2026, o valor total estimado de juros sobre capital próprio a receber perfaz R\$ 631.023.

18. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BNDESPAR são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDESPAR.

18.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

18.1.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera.

18.1.2. Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista da moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem quando da liquidação de saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado, exceto no caso de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide Nota Explicativa nº 18.4.1.2b).

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.2. Reconhecimento de Receita

18.2.1. Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado.

18.2.2. Receitas de honorários e comissões

Receitas de honorários e demais comissões são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados, inclusive, receitas caracterizadas como receitas de origem, dado que seus montantes não são relevantes.

18.2.3. Receitas de dividendos

As receitas de dividendos de instrumentos patrimoniais designados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado quando o direito de recebimento é estabelecido.

18.3. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração da BNDESPAR entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa para o período apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Valor justo de ativos e passivos financeiros	n.º 3
Provisão para redução no valor recuperável	n.º 8
Provisão para perdas em participações em coligadas	n.º 9.5
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 10
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	n.º 11
Benefícios a empregados	n.º 13

18.4. Instrumentos financeiros

18.4.1. Ativos financeiros

18.4.1.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são registrados inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de origem para os ativos financeiros classificados nas categorias "custo amortizado" e "valor justo por meio de outros resultados abrangentes".

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.4.1.2. Classificação e mensurações subsequentes

Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), ao custo amortizado (CA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), baseado no modelo de negócios da BNDESPAR e nas características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos.

a) Avaliação do modelo de negócios

A BNDESPAR define os modelos de negócios aplicáveis aos seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como seus portfólios são geridos para atingir os objetivos corporativos.

O modelo de negócios expressa como a BNDESPAR administra seus ativos financeiros e em que medida os fluxos de caixa decorrentes desses ativos são originados pela coleta dos fluxos de caixa contratuais, pela venda dos ativos ou por ambas as fontes, considerando cenários esperados de ocorrência.

Resumidamente, os modelos de negócios adotados pela BNDESPAR se dividem em quatro categorias, indicativas das principais estratégias utilizadas para geração de retornos:

- **Modelo de Negócio 1: Manter para coletar fluxos de caixa contratuais** - Ativos financeiros de renda fixa que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, mantendo-os até o vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
- **Modelo de Negócio 2: Manter para coletar fluxos de caixa e para vender** – Ativos financeiros de renda fixa que apresentam como característica tanto a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros quanto a venda antes do seu vencimento.
- **Modelo de Negócio 3: Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de Renda Fixa** – Ativos financeiros de renda fixa que não se enquadram nos modelos 1 ou 2.
- **Modelo de Negócio 4: Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de Renda Variável** – Ativos financeiros com derivativos embutidos e investimentos em instrumentos patrimoniais sem influência significativa (ações e fundos de investimentos em renda variável). Quando não destinados à negociação, a BNDESPAR escolherá (irrevogavelmente) no reconhecimento inicial mensurá-los subsequentemente ao “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

b) Opção de designação

A BNDESPAR não designou nenhum de seus instrumentos financeiros para mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Para os investimentos em instrumentos de patrimônio (participações em empresas não coligadas e em fundos de investimentos em renda variável) que não são mantidos para negociação, a BNDESPAR efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar as mudanças subsequentes no valor justo desses ativos em outros resultados abrangentes. Essa opção visa evitar a volatilidade no resultado do exercício devido às oscilações do valor justo desses instrumentos, considerando que se trata de investimentos a serem mantidos por longo prazo na avaliação da data da designação.

c) Características contratuais do fluxo de caixa

Os instrumentos de renda fixa da BNDESPAR enquadrados nos modelos de negócios 1 e 2 são avaliados com o objetivo de determinar se os fluxos de caixa contratuais associados a esses instrumentos são compostos apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto de modo consistente com um acordo de empréstimo básico.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O principal é geralmente o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e inclui restituições ao longo do tempo.

Os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro.

Quando os termos contratuais de determinados ativos introduzirem exposição aos riscos ou variabilidade de fluxos de caixa que não sejam consistentes com um acordo de empréstimo básico, a BNDESPAR classificará esses instrumentos como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(i) Ativos financeiros ao Custo Amortizado

Os ativos financeiros enquadrados nessa categoria são subsequentemente mensurados ao valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de créditos.

Os ativos classificados e mensurados ao custo amortizado compreendem, principalmente, as operações compromissadas, vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples de emissão privada.

(ii) Ativos financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Os ativos financeiros de renda fixa incluídos nessa categoria são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e os ganhos e as perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo, são acumulados na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, líquidos dos efeitos tributários.

As perdas de créditos, os juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada anteriormente no patrimônio líquido é reclassificada para o resultado.

Em 31 de março de 2026, a BNDESPAR não detém ativos de renda fixa nesta categoria.

Para os investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa e não mantidos para negociação, designados pela BNDESPAR para essa categoria, as mensurações subsequentes são realizadas ao valor justo, com os ganhos e perdas decorrentes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, líquidos dos efeitos tributários.

Para instrumentos patrimoniais emitidos por investida no exterior, a variação cambial também é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes.

Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada é transferido dentro do Patrimônio Líquido, da rubrica Outros Resultados Abrangentes para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

(iii) Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros incluídos nesta categoria são registrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes reconhecidas no resultado.

Os principais ativos compreendem:

- Derivativos de juros, moeda e isolados de renda variável; e
- Determinados investimentos em fundos de investimentos de renda fixa e variável.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.4.1.3. Valor justo dos ativos financeiros

Ao determinar e divulgar o valor justo dos ativos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que se possa ter acesso na data da mensuração. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua;

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1; e

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A necessidade de reclassificação entre os níveis da hierarquia de valor justo é verificada no encerramento de cada trimestre, ocasião na qual é verificado o nível de liquidez dos ativos financeiros, a disponibilidade de informações observáveis e, no caso dos ativos cuja precificação envolva informações (*inputs*) observáveis e não observáveis, a significância dos *inputs* não observáveis (análise de sensibilidade). Para determinar o nível de liquidez dos ativos são considerados o volume financeiro médio de negociações e a frequência das negociações nos pregões mais recentes.

As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN n.º 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão. De forma geral, as técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares, fluxo de caixa descontado, *Black-Scholes-Merton*, Árvore Binomial e Simulação de Monte Carlo.

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado por meio de modelos amplamente conhecidos, como *Black-Scholes-Merton*, e também por modelos desenvolvidos e/ou adaptados internamente, como fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*), Múltiplos e Método de Monte Carlo.

Os principais dados não observáveis utilizados na mensuração de valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 são:

- Ações avaliadas por múltiplos: demonstrações financeiras e seleção de indicadores relevantes e empresas pares do setor/subsetor/segmento;
- Ações avaliadas por fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*): informações financeiras e operacionais das empresas avaliadas, projeções elaboradas internamente e pelas empresas avaliadas, curvas de *spread* de risco de crédito, volatilidades históricas para série de retornos de ações e estimativas elaboradas sobre fluxo de receitas de empresa; e
- Debêntures: curvas de *spread* de risco de crédito.

Para fins de cálculo da sensibilidade apresentada na nota 3.2.3., são adotadas as seguintes técnicas:

- Derivativos avaliadas pelos modelos *Black-Scholes-Merton* e Método de Monte Carlo: estimativa do impacto da variação na volatilidade calculado por meio da grega vega (que mede a sensibilidade de uma opção à variável volatilidade); e
- Ações e Fundos sem liquidez: choque linear nos preços dos ativos.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No trimestre findo em 31 de março de 2026, não ocorreram revisões metodológicas na mensuração de valor justo de instrumentos financeiros.

18.4.1.4. Reclassificações de ativos financeiros

Um ativo financeiro que não seja um instrumento financeiro derivativo ou um ativo financeiro que no reconhecimento inicial foi designado mensurado a valor justo por meio do resultado ou designado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reclassificado somente quando há mudança no modelo de negócios utilizado para gerenciá-lo. A reclassificação de todos os ativos financeiros afetados pela mudança será aplicada prospectivamente a partir da data de reclassificação.

No trimestre findo em 31 de março de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve reclassificação de ativos financeiros.

18.4.1.5. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando:

- (i) Não houver expectativas razoáveis de recuperação dos direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita no resultado no exercício em que ocorrerem;
- (ii) Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- (iii) O ativo financeiro for transferido a terceiros, assim como os direitos contratuais de receber fluxos de caixa gerados por ele, sem retenção de riscos e benefícios associados ao ativo.

No trimestre findo em 31 de março de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve operações com retenção substancial dos riscos e benefícios que não se qualificasse para a baixa.

18.4.2. Passivos financeiros

18.4.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

São inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão, e de prêmios e descontos.

18.4.2.2. Classificação e mensuração

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Nesse grupo estão incluídos os dividendos a pagar.

18.4.2.3. Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.4.3. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar esses, liquidando os mesmos por diferença, ou ainda realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

18.4.4. Derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

A BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de títulos e valores mobiliários.

18.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A BNDESPAR aplica na abordagem para redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios conforme o aumento significativo de risco de crédito. Tal abordagem é aplicada aos instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os compromissos de crédito e as garantias financeiras, quando emitidas.

Para a aplicação dessa abordagem, a BNDESPAR se baseia em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas e, dessa forma, determinar se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de seus instrumentos.

18.5.1. Determinação dos estágios e definição de inadimplência

A abordagem de estágios da provisão para perdas de créditos é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros da BNDESPAR desde o reconhecimento inicial.

Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no **Estágio 1**, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Para ativos classificados neste estágio, a provisão para perdas de crédito é calculada para um montante igual a perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o **Estágio 2**, e para isso, A BNDESPAR utilizará dois critérios:

- a) *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e
- b) Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão para perdas de crédito é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Quando um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro ocorre, o ativo financeiro é migrado para o **Estágio 3**, e uma provisão é apurada com base na capacidade de recuperação de crédito do ativo financeiro. A BNDESPAR utiliza os seguintes critérios de migração para esse estágio:

- a) Operação declarada pela BNDESPAR como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- b) Operação vencida há mais de 90 dias.

A BNDESPAR utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- A BNDESPAR peça a falência ou tome providência similar em relação ao tomador;
- O tomador tenha falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial, ou atos similares;
- O tomador solicite ou sofra qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas;
- Diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas;
- Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte; ou
- Negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte negociado com desconto significativo equivalente a 50% ou mais no valor de mercado do instrumento, que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito e não as flutuações das taxas de juros sujeitas ao risco de mercado.

Considera-se reestruturação de instrumentos financeiros toda renegociação que ocorra em decorrência da deterioração da qualidade creditícia do tomador, do interveniente ou do instrumento mitigador, considerando também que:

- Uma operação será considerada reestruturada quando sofrer alteração de condições contratuais, cuja proposta encaminhada à alçada competente evidencie que os motivos das alterações, sejam elas aumento de prazo de carência, aumento de prazo para amortização e pagamento de juros (entre outros), estão relacionados a dificuldades financeiras do tomador, e, conseqüentemente, poderiam levar ao acionamento dos mecanismos de mitigação de risco, tais como avais, fianças e execução de garantias reais; e
- Devido à natureza dos projetos apoiados pelo Sistema BNDES, alguns pedidos de renegociação de operações ocorrem em função de atrasos nas obras por questões de licenças (ambientais, de operação, dentre outras.), alteração da estrutura de garantias oferecida originalmente (como, por exemplo, substituição de fiança bancária por outros tipos de garantia, o que impacta no spread de risco do contrato) ou por dificuldades não previstas inicialmente. Nesses casos, dado que a alteração foi motivada por questões operacionais e não financeiras, a operação será considerada reestruturada.

A BNDESPAR declara que a definição de inadimplência utilizada para migração entre os estágios é consistente com os modelos internos de gerenciamento de risco de crédito.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Conforme exposto, as exposições são classificadas em estágios conforme seu nível de risco:

Estágio 1: Estágio inicial das exposições;

Estágio 2: Exposições com atrasos acima de 30 e até 90 dias ou que tiveram deterioração significativa do seu nível de risco; e

Estágio 3: Exposições com atraso acima de 90 dias ou classificadas como ativos problemáticos.

18.5.2. Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

Entretanto, para que haja migração do Estágio 3 para os demais estágios, basta que a operação deixe de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- i. Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- ii. Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;
- iii. Cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
- iv. Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

18.5.3. Mensuração de Perdas de Crédito Esperadas

A PEC de uma exposição é calculada pelo produto de sua EAD, PD e LGD, sendo:

• PEC: Perda Esperada de Crédito;

• EAD: *Exposure at Default* (exposição). É o valor da contraparte ao qual estamos expostos na data de cálculo da PEC, baseada na soma do saldo contábil com a projeção dos compromissos de desembolso futuros ajustados por um Fator de Conversão de Crédito (CCF);

• PD: *Probability of Default* (Probabilidade de inadimplência). É a probabilidade estimada da contraparte entrar em default no horizonte observado, com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro. Utiliza-se um período de 12 meses para as exposições em estágio 1 e de toda a vida útil da exposição para as exposições classificadas em estágio 2. As exposições classificadas no estágio 3 recebem uma PD de 100%. A BNDESPAR, para ajustar suas estimativas de PD, se baseia na estimação de matrizes de migração ajustadas ao ciclo macroeconômico (*point-in-time* – PIT); e

• LGD: *Loss Given Default* (Perda dado o Descumprimento). É o valor que se espera perder de uma exposição caso ela entre em default, dos Estágios 1 e 2 (e estimativas individualizadas para exposições relevantes no Estágio 3).

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

- (i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro,
- (ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default* - LGD) dos Estágios 1 e 2 (e eventuais estimativas individualizadas para as exposições relevantes no Estágio 3); e
- (iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default* - EAD).
- (iv) A BNDESPAR baseia seus parâmetros de risco de crédito (PD, LGD e Matrizes de Migração de ratings) em estimativas “throw the circle” e estas são ajustadas por fatores macroeconômicos de forma a gerarem estimativas “point-in-time – PIT” para fins de cálculo da perda esperada de crédito.

18.6. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais a BNDESPAR não exerce influência significativa, sendo avaliadas por seus valores justos. Sua composição também inclui investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa.

Os ativos da carteira de participações societárias da BNDESPAR são oriundos, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

Como já mencionado na Nota Explicativa n.º 18.4.1.2, a BNDESPAR efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial, para investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em Outros Resultados Abrangentes.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias designadas como “mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia conforme descrito na Nota Explicativa n.º 3.2.

18.6.1. Investimentos em Coligadas

Coligadas são todas as investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que em alguns casos cujas participações acionárias detidas pela BNDESPAR representam mais de 20% do capital votante da investida, tal presunção de influência significativa não se verifica em termos concretos, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julga exercer influência significativa em determinadas entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), sendo inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e na mensuração subsequente o seu valor é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR no resultado de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação (não resultantes de aportes de capital efetuados pela BNDESPAR) são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como resultado abrangente.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para a aplicação do MEP a BNDESPAR utiliza as informações das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre de as coligadas serem independentes da BNDESPAR, possuindo contabilidade não integrada e, conseqüentemente, cronogramas diversos de elaboração dos demonstrativos financeiros, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados por controladas e/ou coligadas são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao valor justo são creditados diretamente no resultado do exercício.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura, quando apurado na aquisição de coligada pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é parte integrante do investimento. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do exercício em que ocorre.

A Administração não tem conhecimento de restrições significativas que poderiam limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio de coligadas recebidos são apresentados separadamente como decorrentes de atividades de investimento.

18.6.2. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Após a aplicação do MEP, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: i) pelo preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa ou ii) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

18.7. Ativos Mantidos para Venda

A BNDESPAR classifica como “Ativo Não Circulante Mantido para Venda” o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio da transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria é realizada apenas nos casos em que o ativo cumpre os seguintes requisitos, conforme contido no CPC 31 - Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:

- (i) está pronto para venda em suas condições atuais; e
- (ii) a venda é altamente provável e deve ocorrer em até um ano.

Em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 não havia ativos classificados nessa categoria.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.8. Patrimônio líquido

18.8.1. Reserva legal

Do lucro líquido ajustado do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

18.8.2. Reserva estatutária – para compatibilização de práticas contábeis

Representa uma reserva estatutária, com a finalidade de contemplar lucros ou ajustes de exercícios anteriores originados pela aplicação de padrões contábeis divergentes daqueles utilizados pelo Acionista Único – BNDES. O valor máximo do saldo dessa reserva se enquadra dentro do limite geral de reservas de lucros em relação ao capital social, conforme previsto no artigo 199 da Lei n.º 6.404/1976.

18.8.3. Reserva para futuro aumento de capital

Reserva constituída do saldo remanescente após as constituições da reserva Legal, dividendo mínimo e reserva para compatibilização de práticas contábeis, com a finalidade de assegurar o fortalecimento do patrimônio da instituição compatível com o grau de risco de seus ativos. De acordo com o estatuto social, o saldo máximo dessa reserva é 20% (vinte por cento) do capital social.

18.8.4. Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições em decorrência de avaliação a valor justo de elementos de ativos financeiros, passivos atuariais e reflexo de variações no patrimônio de coligadas, líquidos de efeitos tributários.

18.8.5. Pagamento de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela Assembleia Geral.

18.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco significativo de mudança de valor.

Nestas demonstrações, somente as aplicações em operações compromissadas são consideradas como “caixa e equivalentes de caixa”, cujos vencimentos se darão em três meses ou menos a contar da data da aquisição.

18.10. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

Tributos correntes – Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Tributos diferidos – O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias tributáveis é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis.

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 20 no mês (R\$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para a BNDESPAR é constituída à alíquota de 9%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias da companhia referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor justo de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os procedimentos preconizados pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, conforme a Resolução CMN n.º 4.842/2020, de 30/07/2020, seguindo as regras adotadas pelo seu controlador, BNDES, para fins de consolidação de demonstrações financeiras.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

18.11. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

18.12. Obrigações de benefícios a empregados

18.12.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A BNDESPAR oferece aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD) é financiado, de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a alteração regulamentar aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir dessa alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 7.636,83 (sete mil, seiscentos e trinta e seis reais, e oitenta e três centavos) em 31/03/2026.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Dentre os riscos relevantes associados ao PBB, tem-se a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/03/2026 era de R\$ 8.475,55 (oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018).

A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB, não mais afeta o plano. A partir da última alteração do Regulamento do PBB (publicada em 20/01/2023), este risco foi tratado e mitigado com o reajuste do benefício dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador a seus empregados e atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do PBB ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

a) Características do PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

b) Estrutura Regulatória

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 054, de 18/01/2023, e publicada no DOU em 20/01/2023, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substitui as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 37/2022 e n.º 38/2022**, que revogaram as Resoluções n.º 25/2018 e n.º 9/2016, respectivamente, e afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar no que tange às diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar e às atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício.

c) Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA) do dia 20/03/2026, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 3.780 dias úteis (15 anos), no patamar de 7,25% ao ano. O mesmo vértice encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 31/03/2026 a 7,27% ao ano, representando aumento de 0,02 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução CNPC n.º 43 de 06/08/2021, alterada pela Resolução CNPC n.º 61 de 11/12/2024, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e traz, em seus anexos, a planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A obrigação de Benefício Definido (BD) é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

18.12.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência e Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES em conformidade com as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A BNDESPAR oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, condicionado ao cumprimento dos requisitos do RAS. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de março de 2026, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de fevereiro de 2026 e atualizados até março de 2026, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Seus custos de serviços correntes e financeiros são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas integrantes do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

18.12.3. Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

18.13. Gestão de Riscos

18.13.1. Risco Operacional

O Sistema BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O risco operacional abarca o risco legal, o risco à continuidade de negócios e o risco à segurança da informação (incluindo o risco cibernético).

Em linha com o arcabouço legal e baseado na Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional, o Sistema BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos, com seus respectivos controles.

O processo de gestão de riscos é executado em toda a Instituição, permitindo refletir tempestivamente as alterações nos ambientes interno e externo, baseado em metodologias que se complementam, tais como a realização de ciclos bienais nas áreas para ampla atualização do inventário de riscos, a avaliação de novos produtos e serviços e a avaliação de riscos transversais e corporativos.

A base de dados de perdas operacionais do Sistema BNDES contempla as perdas ocorridas, na qual os eventos de risco operacional são registrados conforme preconizado pela Resolução CMN n.º 4.557/2017 e pela Circular BACEN nº 3.979/2020. As perdas com valor acima do apetite a risco da instituição são objeto de análise específica realizada pela unidade de gestão de risco operacional em conjunto com as unidades envolvidas, visando avaliar os riscos operacionais associados, suas causas e definir ações de tratamento.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No tocante às ações para a mitigação dos riscos à segurança da informação, previstas no Plano Estratégico de Segurança da Informação do Sistema BNDES, merecem destaque o levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação.

A gestão da continuidade de negócios busca aprimorar continuamente a resiliência da Instituição, preparando-a contra eventos que possam interromper a execução de seus processos críticos e apoiando a resposta tempestiva em caso de uma crise no escopo da continuidade de negócios. Para isso, o Sistema BNDES possui um Plano de Gerenciamento de Incidentes que estabelece a estrutura de governança sobre a matéria, permitindo que o Banco se organize rapidamente para continuidade de suas atividades.

Por fim, o fortalecimento da cultura de riscos operacionais envolve a periódica realização de ações de comunicação e capacitação para disseminação de conceitos e práticas, voltadas tanto para o corpo funcional quanto para a Alta Administração.

Exposição ao Risco Operacional

O valor da parcela do capital mínimo exigido referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}) é calculada pela Abordagem Padronizada, em conformidade com a Resolução BCB nº 356/2023, com base nas informações do Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

18.13.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e a Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado do Sistema BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da Instituição, a fim de buscar o adequado gerenciamento dos riscos.

a) Risco de câmbio

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial do Sistema BNDES. As estratégias de *hedge* são feitas para o Conglomerado Prudencial, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

b) Risco de taxas de juros

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado. O risco de juros é controlado para o Sistema BNDES. Adicionalmente, o risco de descasamento entre indexadores e taxas é monitorado mensalmente e está sujeito a limites aprovados pela Diretoria. Os limites são estabelecidos para cada uma das empresas do Sistema BNDES e para o Conglomerado Prudencial.

c) Risco de preços

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado, quer sejam essa alteração por fatores específicos do instrumento financeiro, ou fatores que afetam todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Instrumentos financeiros

A unidade responsável pela gestão de risco de mercado do Sistema BNDES acompanha diariamente informações relativas à carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR. Essa carteira é formada por: participações societárias em companhias abertas listadas na B3, empresas fechadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures com ou sem opcionalidades, captações e outros títulos que apresentem algum dos riscos de mercado listados anteriormente.

e) Métricas de risco e governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a finalidade de negociação ativa e frequente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com finalidade de negociação são aquelas destinadas à (i) realizar revenda no curto prazo; (ii) obter lucro em decorrência de flutuações de curto prazo no preço do instrumento; (iii) assegurar a realização de lucro em estratégias de arbitragem; ou (iv) obter proteção (*hedge*) contra riscos decorrentes de instrumentos mantidos para os fins de que tratam as alíneas anteriores. A carteira de negociação da BNDESPAR, atualmente, não possui instrumentos financeiros.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

18.13.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Sistema BNDES não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

18.13.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; da desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; da redução de ganhos ou remunerações; das vantagens concedidas nas renegociações; e dos custos de recuperação.

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira. As empresas do Sistema BNDES utilizam a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. Os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas Resolução BCB nº 229 de 12/05/2022, vigente desde 1º de julho de 2023.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES realiza estimativas para os diferentes componentes de risco dos ativos inseridos na parcela regulamentar de capital, além de modelagens de capital econômico por meio de metodologias analíticas e por simulação.

Para o cálculo do risco da carteira na abordagem de capital econômico consideram-se as estimativas de perda esperada de crédito (PEC), conforme determinado pelo IFRS (*International Financial Reporting Standards*). A PEC é, portando, apurada a partir da probabilidade de inadimplência do tomador (PD); da exposição no momento da inadimplência (EAD); das perdas decorrentes da inadimplência (LGD); e da maturidade ou prazo efetivo de vencimento dos contratos.

A metodologia de apuração da PD depende do estágio em que se encontra cada contrato, sendo três estágios considerados: 1) estágio inicial; 2) estágio das exposições com aumento significativo do nível de risco ou com atraso acima de 30 e até 90 dias; e 3) estágio das exposições marcadas como ativos problemáticos ou com atraso acima de 90 dias. Para o primeiro caso, considera-se a PD de 12 meses. Para o segundo caso, considera-se a metodologia de PD *lifetime* (isto é, até o vencimento do contrato). Para o terceiro, e último, caso, atribui-se PD de 100%. Já a apuração da LGD dependerá, basicamente, do tipo de exposição: direta ou indireta (transação realizada através de agente financeiro).

Os modelos de estimação da PD e LGD foram validados por unidade independente, além de serem reavaliados anualmente pelo Departamento de Risco de Crédito mediante testes estatísticos consagrados na literatura.

Exposição ao Risco de Crédito

As exposições a risco de crédito são calculadas conforme estabelecido pelas normas vigentes do Banco Central do Brasil. O valor da parcela RWA_{CPAD} é calculado mensalmente com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

18.14. Gestão de Capital

Os principais objetivos, das empresas do Sistema BNDES, relacionados ao gerenciamento de capital são os seguintes:

- Manter uma sólida base de capital que suporte de forma efetiva o desenvolvimento de seus negócios;
- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera; e
- Assegurar rentabilidade compatível com os riscos assumidos pelo BNDES e por suas empresas controladas.

A adequação da estrutura de capital e o monitoramento dos limites relacionados ao capital regulatório são realizados pelo BNDES por meio da implementação de processos, métodos e procedimentos originados das diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desse modo, a autoridade monetária exige que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN mantenham, permanentemente:

- Um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o risco de suas atividades e apurado segundo a Resolução CMN nº 4.955/2021; e
- Requerimentos Mínimos de Capital em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apurados em conformidade com os artigos 4º ao 6º e 8º da Resolução CMN nº 4.958/2021.

Dessa forma, com o objetivo de assegurar a compatibilidade entre o capital mantido pela instituição e o capital requerido para fazer frente aos riscos incorridos em suas atividades, todas as exposições a risco provenientes das operações da BNDESPAR estão inseridas nas parcelas componentes do capital regulamentar do BNDES conforme determinado pela legislação vigente. Por outro lado, os ativos da BNDESPAR são considerados, pelo Método de Equivalência Patrimonial, parte integrante do capital mantido pelo BNDES e reportado em suas demonstrações consolidadas.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Adicionalmente, cabe destacar que todos os limites regulamentares apurados pelo BNDES, notadamente aqueles relacionados às exposições aos diferentes riscos, incluem as operações realizadas pela BNDESPAR. De modo semelhante, os indicadores gerenciais monitorados mensalmente para o acompanhamento das exposições permitem tanto a avaliação por empresa do conglomerado econômico-financeiro quanto às análises em bases consolidadas.

18.15. Informações por segmento

A BNDESPAR é uma subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e tem sua atuação pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com seu controlador, direcionadas a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais por meio de instrumentos de renda variável, notadamente, de participações societárias.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro. Da mesma forma, a gestão financeira, incluindo a captação de recursos, a alocação de *funding* entre os segmentos operacionais e o gerenciamento das disponibilidades, é feita de forma consolidada no Sistema BNDES, através da gestão integrada de ativos e passivos financeiros (*Asset Liability Management* - “ALM”).

Neste contexto, o desempenho dos segmentos de negócio é acompanhado e avaliado sob a ótica do Sistema, conforme informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.

O Sistema BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Crédito e Serviços”; (ii) “Renda Variável”; (iii) “Tesouraria e ALM (gestão de recursos financeiros)”; (iv) “Custos Corporativos Não Alocados” e (v) “Remuneração do Acionista”.

As operações da BNDESPAR, majoritariamente representadas por participações societárias e cotas de fundos de participações, integram o segmento de “Renda Variável” do Sistema BNDES. Portanto, considerando que a gestão por segmentos não se dá por subsidiária, mas sim de forma consolidada no Sistema BNDES, conforme possibilitado pelo CPC 22 a informação da BNDESPAR está contemplada no segmento de “Renda Variável” constante da nota explicativa “Informação por Segmento” divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.

18.16. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em Aditivo ao convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME com o objetivo de racionalização de custos, a partir de 1º de janeiro de 2023 as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma à média aritmética dos últimos 7 exercícios anteriores à data base do Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito). Os valores considerados no cálculo da média são atualizados monetariamente, exceto para o exercício mais recente.

Até o exercício de 2022, no convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, eram rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo as e despesas tributárias.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa nos exercícios de 2026 e 2025 foram:

	2026		2025	
	Resultado bruto de intermediação financeira - média aritmética dos últimos 7 exercícios anteriores	% de rateio	Resultado bruto de intermediação financeira - média aritmética dos últimos 7 exercícios anteriores	% de rateio
BNDES	15.351.183	46%	14.143.163	46%
BNDESPAR	14.503.160	43%	13.146.205	43%
FINAME	3.617.098	11%	3.255.284	11%
Total do Sistema	33.471.441		30.544.652	

18.17. Atualização monetária líquida de ativos e passivos

Refere-se à atualização monetária de dividendos a receber, de tributos a recuperar e dividendos a pagar. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

18.18. Novos Pronunciamentos e Alterações de Pronunciamentos existentes

18.18.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de março de 2026

CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 12 (R2) – Ajuste a Valor Presente

Revisão que recepciona as alterações realizadas nos IFRS 7 e 9 e que contempla correção de redação e referências, além de ajustes menores e alterações em exemplos. Essa norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026.

A implementação citada não apresenta impactos financeiros significativos nessas Demonstrações Financeiras.

18.18.2. Novas Normas e interpretações ainda não efetivas

CBPS 01 – Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade

Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, pronunciamento técnico emitido pelo Comitê Brasileiro de Sustentabilidade (CBPS). O Sistema BNDES está se preparando para a divulgação do primeiro Relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, referente ao exercício de 2026, até maio de 2027, conforme prazo estabelecido na referida norma.

CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima

Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas ao Clima, pronunciamento técnico emitido pelo Comitê Brasileiro de Sustentabilidade (CBPS). O Sistema BNDES está se preparando para a divulgação do primeiro Relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, referente ao exercício de 2026, até maio de 2027, conforme prazo estabelecido na referida norma.

CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

Substitui o CPC 26 (R1) e alinha as normas brasileiras com o IFRS 18. Representa as regras de apresentação das Demonstrações Contábeis e contém alterações visando fortalecer a relevância e transparências das informações contábeis divulgadas. A Administração está avaliando os possíveis impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2027.

Notas Explicativas



Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18.19. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação dessas Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras que possam afetar os saldos dos ativos, passivos e contingências necessárias para divulgação devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido. Dessa forma, os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração da BNDESPAR entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do Sistema BNDES para o período apresentado e por fim das informações prestadas nas Notas Explicativas.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

- Cálculo de valores justos de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Definição de metodologia e uso de dados prospectivos para o cálculo das perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros VJORA;
- Levantamento dos critérios para determinação das baixas de ativos financeiros;
- Cálculo de redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas;
- Cálculo atuarial dos planos de benefícios definidos;
- Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e
- Provisões e contingências ativas e passivas.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais em 31 de março de 2026
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Uallace Moreira Lima - Presidente
Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz
Carlos Afonso Nobre
Clarice Costa Calixto
Clemente Ganz Lúcio
Guilherme Santos Mello
Izabella Mônica Vieira Teixeira
Maria Laura da Rocha
Nelson Edgar Leite
Robinson Sakiyama Barreirinhas

DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente
Alexandre Correa Abreu
Helena Tenório Veiga de Almeida
Jean Keiji Uema
José Luis Pinho Leite Gordon
Luciana Aparecida da Costa
Maria Fernanda Ramos Coelho
Nelson Henrique Barbosa Filho
Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello
Walter Baere de Araújo Filho

CONSELHO FISCAL

Suzana Teixeira Braga - Presidente
Flávio José Roman
Pedro Henrique Giocondo Guerra
Denis do Prado Netto - Suplente

**SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE
CONTROLADORIA:**

Marco Aurelio Santos Cardoso

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE
CONTABILIDADE:**

Thatiane Heloisa Werneck Soares
CRC RJ 091.410/O-8

COMITÊ DE AUDITORIA

Nelson Edgar Leite - Coordenador
Adézio de Almeida Lima
Carlos Ahmar
Marcos Tadeu de Siqueira
Waldemir Bargieri



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações Trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
BNDES Participações S/A – BNDESPAR
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do BNDES Participações S/A - BNDESPAR (“Companhia”), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outro assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (R1). Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Notas Explicativas



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

CARTEIRA DE AÇÕES - POSIÇÃO: 31/03/2026

Empresas	% Total	% ON	% PN
AMATA NA CIDADE S.A.	17,26	17,26	0,00
AMATA S/A	9,49	9,49	0,00
BIOMM S/A	5,12	5,12	0,00
BIOO INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.	16,51	16,51	0,00
BOMBRIL S/A	2,20	0,00	4,67
BRASPEROLA INDUSTRIA E COMERCIO S/A FALIDO	10,94	0,00	22,56
BRAVA ENERGIA S.A	1,92	1,92	0,00
BRQ SOLUCOES EM INFORMATICA S.A	21,56	22,43	0,00
CARBOMIL S/A MINERACAO E INDUSTRIA	30,00	0,00	100,00
CASA ANGLO BRASILEIRA S.A. MODAS CONFECCOES E BAZAR FAL	22,34	0,00	37,10
CBO HOLDING S.A.	18,88	18,88	0,00
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA ELETROBRAS	3,93	3,55	4,79
COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTIC AGROINDUSTRIAL BRASAGRO	5,87	5,87	0,00
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL	(*)	0,00	1,27
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG	3,46	3,46	0,00
COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS	6,27	0,00	11,49
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GAS DO RIO DE JANEIRO - CEG	34,56	34,56	0,00
COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO	0,01	0,01	0,00
COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG	3,73	11,14	0,00
COMPANHIA LORENZ	5,84	0,00	9,41
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	19,77	19,77	0,00
COSAN S.A.	2,06	2,06	0,00
CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A.	18,99	18,99	0,00
EMBRAER S.A.	5,37	5,37	0,00
ENERGISA S/A	6,40	3,31	8,37
ESTRUTURADORA BRASILEIRA DE PROJETOS S.A. - EBP	19,61	11,11	44,44
EVE HOLDING, INC. 1	4,44	4,44	0,00
HIDROVIAS DO BRASIL S.A.	1,74	1,74	0,00
IGUA SANEAMENTO S.A.	11,06	11,06	0,00
INDEPENDENCIA PARTICIPACOES S.A.	21,81	0,00	100,00
INDUSTRIA DE ALIMENTOS NILZA S/A	35,00	0,00	100,00
IOCHPE-MAXION S.A.	1,99	1,99	0,00
JBS N.V.	17,14	17,14	0,00
KOSMOS COMERCIO DE VESTUARIO S/A - EM RECUPERACAO JUDIC	6,56	0,00	13,66
LBR - LACTEOS BRASIL S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL	30,28	30,28	0,00
LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS E	21,44	21,44	0,00
MADEF SA INDUSTRIA E COMERCIO	30,26	0,00	39,45
MESBLA S A	(**)	(**)	(**)
METANOR S A METANOL DO NORDESTE	5,57	0,00	8,36
MOTORADIO S A COMERCIAL E INDUSTRIAL	(**)	(**)	(**)
NESBER S/A	20,00	20,00	0,00
NETUNO ALIMENTOS S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL	33,28	0,00	100,00
NOVA AMERICA S A	6,50	10,41	1,34
PADTEC HOLDING S.A.	22,76	22,76	0,00
PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	6,98	0,00	16,53
PIRAMIDES BRASILIA S A INDUSTRIA E COMERCIO	(**)	(**)	(**)
PROGEN S.A.	10,01	0,00	100,00
QUALITY SOFTWARE S/A	25,34	25,34	0,00
ROCHA TERMINAIS PORTUARIOS E LOGISTICA S.A.	17,86	17,86	0,00
S A INDUSTRIA E COMERCIO CHAPECO FALIDO	29,65	30,12	(*)
SAM INDUSTRIAS S/A	15,26	22,78	0,00
SANTA CLARA AGROCIENCIA S.A.	19,90	19,90	0,00
SPRINGS GLOBAL PARTICIPACOES S.A. EM RECUPERACAO JUDICI	3,62	3,62	0,00
TAUM CHEMIE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS S	36,36	0,00	100,00
TBM - TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A	34,98	42,10	0,00
TPI - TRIUNFO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S.A.	5,09	5,09	0,00
TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A	1,54	0,18	2,97
TRANSPARANA S A	(**)	(**)	(**)
TREVISIA INVESTIMENTOS SA	12,94	0,00	23,21
TUPY S/A	30,69	30,69	0,00
UNITEC SEMICONDUCTORES S/A.	33,02	40,67	0,00
USINA SANTA OLIMPIA INDUSTRIA DE FERRO E ACO S A	(**)	(**)	(**)
VLI S.A.	8,00	8,00	0,00

(*) Percentual inferior a 0,01%

(**) Composição do Capital Social (ações emitidas) não disponível

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

CARTEIRA DE DEBÊNTURES - POSIÇÃO: 31/03/2026

Empresas	Quantidade debêntures
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	5.944
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	29.087
VALE S/A	140.239

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações
Trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
BNDES Participações S/A – BNDESPAR
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do BNDES Participações S/A - BNDESPAR ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outro assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (R1). Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente e sobre as Informações Trimestrais - ITR

Interessada: BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
C.N.P.J.: 00.383.281/0001-09
NIRE: 533.0000.2371
Avenida República do Chile, 100
20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Informações Trimestrais - ITR referentes ao período findo em 31/03/2026 e Relatório do Auditor Independente.

Referência: ARTIGO 31, Parágrafo §1º, inciso II, da Resolução CVM Nº 80, de 29/03/2022; INFORMAÇÃO PADRONIZADA ACO/DEPCO Nº 08/2026 de 30/04/2026 e Relatório do Auditor Independente sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS emitido por KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.

A Diretoria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 43, inciso XV do Estatuto da BNDESPAR, declara que:
(i) reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente emitido pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES referentes às Informações Trimestrais - ITR do período findo em 31 de março de 2026; e
(ii) reviu, discutiu e concordou com as Informações Trimestrais – ITR da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, referentes ao período findo em 31 de março de 2026.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2026.

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente
Alexandre Correa Abreu
Helena Tenório Veiga de Almeida
Jean Keiji Uema
José Luis Pinho Leite Gordon
Luciana Aparecida da Costa
Maria Fernanda Ramos Coelho
Nelson Henrique Barbosa Filho
Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello
Walter Baere de Araújo Filho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente e sobre as Informações Trimestrais - ITR

Interessada: BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

C.N.P.J.: 00.383.281/0001-09

NIRE: 533.0000.2371

Avenida República do Chile, 100

20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Informações Trimestrais - ITR referentes ao período findo em 31/03/2026 e Relatório do Auditor Independente.

Referência: ARTIGO 31, Parágrafo §1º, inciso II, da Resolução CVM Nº 80, de 29/03/2022; INFORMAÇÃO PADRONIZADA ACO/DEPCO Nº 08/2026 de 30/04/2026 e Relatório do Auditor Independente sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS emitido por KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.

A Diretoria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 43, inciso XV do Estatuto da BNDESPAR, declara que:

- (i) reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente emitido pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES referentes às Informações Trimestrais - ITR do período findo em 31 de março de 2026; e
- (ii) reviu, discutiu e concordou com as Informações Trimestrais – ITR da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, referentes ao período findo em 31 de março de 2026.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2026.

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

Jean Keiji Uema

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Maria Fernanda Ramos Coelho

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baere de Araújo Filho